

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FRANÇA

**O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB:** durante o período de vigência da Coligação União pelo Pará (1995 a 2006) e a competição pela prefeitura no município de Belém.

Belém/Pará  
2013

CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FRANÇA

**O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB:** durante o período de vigência da Coligação União pelo Pará (1995 a 2006) e a competição pela prefeitura no município de Belém.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira.

Belém/Pará  
2013

FRANÇA, Carlos Augusto de Souza.

O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB, durante o período de vigência da Coligação União pelo Pará (1995 a 2006) e a competição pela prefeitura no município de Belém.

Orientador: Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Mestrado Acadêmico em Ciência Política.

1. Introdução. 2. A “União Pelo Pará” e a secundarização do PSDB nas disputas eleitorais municipais de Belém. 3. PSDB – Breve histórico e o papel desempenhado na ampla coalizão eleitoral e de governo nos anos de Almir Gabriel. 4. Resultado: a secundarização do PSDB em prol da “União Pelo Pará”. 5. Considerações Finais.

CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FRANÇA

**O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB:** durante o período de vigência da Coligação União pelo Pará (1995 a 2006) e a competição pela prefeitura no município de Belém.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira.

Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_ - Orientador

Edir Veiga Siqueira  
Doutor em Ciência Política  
Universidade Federal do Pará

\_\_\_\_\_

Roberto Ribeiro Corrêa  
Doutor em Ciência Política  
Universidade Federal do Pará

\_\_\_\_\_

Manoel Alves da Silva  
Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido  
Faculdade Ideal

## AGRADECIMENTO

Ao Grande Arquiteto, sem o qual a existência seria vazia e sem sentido.

Às minhas filhas Paula e Luiza, razões de minha existência, à minha amiga e companheira de todas as horas, amante e vigilante Roberta, aos meus amigos, sem os quais não viveria, por aturarem-me como sou, neste caso em especial aos neófitos, mais intensos Andrei e Feitosa, que me auxiliaram e encorajaram-me nas horas mais difíceis e também àqueles que apostaram na não conclusão deste curso, desta maneira com seu ceticismo, estimulando-me a esta caminhada exitosa; à minha família e em particular, in memoriam, à minha Dindinha Paula que tanta falta me faz e minha mãe Olindina, vivinha da silva.

Ao Professor Dr. Edir Veiga, que além de Orientador, tornou-se uma referência de meu pensar, sem o qual, indiscutivelmente, este curso não terminaria; minha gratidão, respeito e incondicional admiração, na pessoa do qual agradeço a todos os mestres que me ajudaram nesta árdua e saborosa caminhada. Aos funcionários de nossa Secretaria, que com sua dedicação, paciência e carinho, foram fundamentais nesta empreitada.

À coordenação do PPGCP, na pessoa dos Professores Doutores Celso Vaz e Carlos Souza, pelo convívio, apoio, compreensão e amizade.

## RESUMO

Início esta dissertação teorizando sobre sistemas partidários e coalizões dentro da perspectiva do neo-institucionalismo da escolha racional, no sentido de, facilitar a compreensão sobre o funcionamento do sistema partidário brasileiro e do papel que as coligações desempenham no contexto de formação de maiorias governistas, e ainda, no processo eleitoral no País. O que nos introduz na análise sobre a influência exercida pela coligação “União Pelo Pará” nos processos eleitorais na cidade de Belém secundarizando os interesses do PSDB municipal de comandar a capital, enquanto esta ficou no comando do governo do Pará. Neste sentido, investigamos o comportamento do PSDB dentro desta grande coligação montada por Almir Gabriel, onde tal partido ocupava papel de grande importância, tendo em vista, que a união dos partidos se dava em torno do governo do PSDB no estado. Mostramos a lógica que orientou as estratégias do PSDB no estado de 1995 a 2006, direcionada para a manutenção do controle da máquina do governo do Pará. Através da análise dos dados eleitorais do PSDB na cidade de Belém e entrevistas de lideranças que fazem ou fizeram parte do partido no período estudado, concluímos que a estratégia de alianças pragmáticas de Almir Gabriel e da cúpula do PSDB no estado, tendo em vista, a competição eleitoral pelo Governo do Estado, e a garantia de governabilidade ao governo do PSDB estava correta, já que, conseguiu manter o governo do estado durante doze (12) anos sob o comando do PSDB. Contudo, a secundarização das disputas municipais pelo PSDB em Belém e nos maiores centros urbanos do estado durante o período da “União Pelo Pará”, na tentativa de evitar o acirramento das disputas com partidos da base aliada em nível de estado, mostrou-se equivocada na medida em que, não permitiu ao partido o controle de máquinas municipais importante, e a partir daí uma presença mais consolidada no estado do Pará, sobretudo com a derrota na eleição de 2006.

**Palavras-chave:** Sistema Partidário. Coligações. Partidos. Eleições. Belém.

## ABSTRACT

Started this dissertation theorizing about party systems and coalitions within the perspective of neo-institutionalism of rational choice, to facilitate the understanding of the functioning of the party system and the role that coalitions play in the context of pro-government majorities, and yet, in the electoral process in the country that introduces us to the analysis of the influence exerted by the coalition "for the Union Para" in electoral processes in Bethlehem subordinating the interests of the PSDB municipal command the capital, while the latter was in charge of the government Para. Therefore, we investigated the behavior of the PSDB within this broad coalition assembled by Almir Gabriel, where such party occupied a role of great importance in view, the marriage of the parties was given around the PSDB government in the state. We show the logic that guided the strategies of the PSDB in the state from 1995 to 2006, aimed to maintain control of the machinery of government of Pará. Through analysis of electoral data PSDB in Bethlehem and interviews of leaders who are or have been part party in the period studied, we conclude that the strategy of pragmatic alliances Almir Gabriel and the dome of the PSDB in the state in view of the electoral competition by the State Government, governance and ensuring the PSDB government was correct, since managed to keep the state government for twelve (12) years under the command of the PSDB. However, the municipal disputes sidelined by the PSDB in Bethlehem and in major urban centers of the state during the "Union For Para" in an attempt to avoid aggravation of disputes with parties of the governing coalition at state level, was mistaken in that it did not allow control of the party machinery municipal important, and from there a more consolidated in the state of Pará , especially with the defeat in the 2006 election.

**Keywords:** System Supporter. Coalitions. Parties. Elections. Bethlehem

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avanço do PSDB em números de lançamento de candidaturas a prefeito nas eleições municipais dentro do período em que a “União Pelo Pará” esteve no governo do Pará (1995 – 2006) .....	14
Tabela 2 - O número de candidaturas a prefeito lançadas pelo PSDB no Pará, de 1996 a 2012, durante e depois da “União Pelo Pará”, ressaltando as candidaturas exclusivas, sem coligação com outros partidos .....	21
Tabela 3 - Resultados eleitorais de 1994, 1998 e 2002, os três (03) mandatos do PSDB que compreende a “União Pelo Pará” no estado .....	31
Tabela 4 - Candidatos a prefeito de Belém e as três (03) eleições disputas no período da “União Pelo Pará” .....	34
Tabela 5 - Resultado das três (03) eleições municipais em Belém no período da coligação “União Pelo Pará” .....	37
Tabela 6 - Avanço do PSDB nas eleições no período da “União Pelo Pará” e decréscimo após a término da mesma, e novo crescimento com a volta do partido ao governo do Pará .....	44
Tabela 7 - Votação na legenda do PSDB nas eleições municipais em Belém, antes, durante e depois do período da coligação “União Pelo Pará” no governo do Pará .....	46
Tabela 8 - Resultado eleitoral em Belém na eleição de 2000, onde a candidatura tucana de Zenaldo Coutinho foi derrotada no 1º turno.	47

## LISTA DE SIGLAS

DEM	Democratas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido da Mobilização Democrática Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Republicano
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A “UNIÃO PELO PARÁ” E A SECUNDARIZAÇÃO DO PSDB NAS DISPUTAS ELEITORAIS MUNICIPAIS DE BELÉM</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Sistema Partidário e Coalizões</b> .....	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Coalizões Partidárias e a secundarização do PSDB de Belém nos anos de Almir Gabriel</b> .....	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>A coligação no sistema eleitoral brasileiro</b> .....	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>PSDB – BREVE HISTÓRICO E O PAPEL DESEMPENHADO NA AMPLA COALIZÃO ELEITORAL E DE GOVERNO NOS ANOS DE ALMIR GABRIEL</b> .....	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADO: A SECUNDARIZAÇÃO DO PSDB EM PROL DA “UNIÃO PELO PARÁ</b> .....	<b>29</b>
<b>4.1</b>	<b>O PSDB e a relação com a “União Pelo Pará”</b> .....	<b>30</b>
<b>4.2</b>	<b>O PSDB na cidade de Belém</b> .....	<b>35</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>57</b>
	<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA 1: DEPUTADA TETÊ SANTOS</b> .....	<b>58</b>
	<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA 2: MIGUEL FORTUNATO</b> .....	<b>64</b>
	<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA 3: PAULO ELCÍDIO</b> .....	<b>69</b>
	<b>APÊNDICE E – ENTREVISTA 4: SENADOR FLEXA RIBEIRO. PRESIDENTE ATUAL DO PSDB</b> .....	<b>73</b>
	<b>APÊNDICE F – ENTREVISTA 5: PAULO CHAVES. SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ</b> .....	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo de estudo sobre sistemas partidários e eleições ganhou força nos últimos anos no Brasil, sobretudo com o processo de abertura política e o surgimento de novos partidos. A rotinização da democratização dentro de um sistema partidário, como o brasileiro, teve como consequência o domínio e instrumentação das regras pelas elites políticas partidárias. Dentro deste contexto, a instrumentalização das coalizões de governo e as coligações eleitorais se tornaram indispensáveis, tanto para aumentar as chances de governar com estabilidade, garantindo aos governos uma governabilidade factível, quanto para conseguir êxito no processo eleitoral pelos partidos através da maximização de suas votações, e a partir de tal conquista exercer maior influência com o objetivo de ocupar parcelas maiores do poder. Mesmo não sendo o alvo deste estudo, tecer considerações sobre as coligações se torna de fundamental relevância para termos uma visão do contexto geral, tanto das regras do jogo, quanto das estratégias políticas utilizadas pelos atores na construção e consolidação da “União Pelo Pará” e ainda, avaliarmos o papel desempenhado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) dentro dessa coligação.

O estudo sobre a relação do PSDB e a coligação “União Pelo Pará”, e ainda, a influência que esta exerceu sobre os processos eleitorais na cidade de Belém durante a sua vigência no estado tornou-se foco neste estudo, pelo fato de o partido que se acomodou durante doze (12) anos no governo do estado, em nenhum momento desse período assumiu o papel de ator principal nos processos eleitorais na cidade que tem a maior densidade eleitoral do Pará. Neste sentido, analisamos as causas que levaram a secundarização dos interesses do PSDB em favor da coligação eleitoral e de governo chamada “União Pelo Pará” nas eleições municipais na cidade de Belém de 1995 a 2006, período no qual esta coligação esteve no comando do estado do Pará. Sendo assim, nossa análise é feita sem negligenciar a influência que o sistema partidário brasileiro exerce sobre o surgimento, estruturação e união dos partidos, antes, durante e depois dos processos eleitorais no Brasil.

Desta forma, buscamos compreender nas peculiaridades do sistema partidário brasileiro, quanto às suas regras que estruturam as competições entre os partidos, os pontos que se relacionam diretamente com o estudo em questão, com o objetivo de criar uma linha compreensiva das movimentações dos atores políticos,

neste caso, os partidos políticos, dentro de tal sistema, o que em parte evidencia, segundo Braga (2010), o grau de institucionalização dos atores partidários.

Contudo, torna-se de fundamental importância avaliar os impactos do sistema eleitoral no Brasil na organização das disputas e escolhas dos cidadãos quanto aos seus representantes. Sendo assim, ressaltamos duas regras do sistema eleitoral que interferem diretamente no comportamento dos partidos brasileiros, uma é a meta mínima a ser alcançada, para se conquistar representação nos parlamentos pelo País, que é o quociente eleitoral exigido aos partidos, a outra, é a permissão de coligações pelos mesmos, tendo em vista, atingir alguns objetivos estratégicos, entre os quais, o principal, que é ultrapassar tal quociente eleitoral, num sistema onde a lista aberta enfraquece o voto no partido, levando à personalização do voto.

Neste contexto de multipartidarismo, com a fragmentação dos recursos de poder, ressaltamos o importante papel que a formalização de coligações desempenham no País. O destaque dado a esses mecanismos de aliança no sistema partidário e, conseqüentemente no eleitoral, se dá, em virtude de ser a “União Pelo Pará”, num primeiro momento, uma coligação eleitoral que, com a chegada da mesma ao comando do governo estadual no Pará logo se torna a coalizão de sustentação do governo do PSDB no estado. Desta forma, é necessária uma exposição sobre tais peculiaridades do nosso sistema partidário e eleitoral, tendo em vista, serem eles a materialização de regras que vão fornecer o campo de atuação dos atores políticos, que nesse caso são os partidos, interferindo na formação, estruturação e funcionamento dos mesmos, tornado mais inteligível as ações e estratégias utilizadas por eles no processo de disputa por representação no seio de nosso sistema político.

Nessa linha de análise, associamos à tentativa de fornecer uma maior compreensão sobre o tema estudado, teorias e resultados que se completam no caráter explicativo e afirmativo das decisões que caracterizaram a lógica de funcionamento da “União Pelo Pará” construída pelo governador Almir Gabriel. Sendo assim, além das teorias clássicas sobre sistemas partidários, nos utilizamos da teoria denominada neo-institucionalismo da escolha racional para explicar o comportamento e estratégias utilizadas pelos atores num ambiente de competição, já que, que os sistemas funcionam dentro de uma institucionalidade criada e reprodutora de comportamentos entre os atores a ela sujeita. Contudo, cabe

demonstrar os instrumentos utilizados pelos partidos nas arenas com regras pré-estabelecidas pelo sistema partidário e eleitoral, e neste estudo, a apresentação dos dados no remete ao comportamento do PSDB como um ator racional e estratégico num sistema de regras estabelecidas, com vistas a lutar para atingir determinados resultados.

O primeiro capítulo nos remete um pouco a essa discussão das teorias sobre sistemas partidários e de coalizões, no sentido de, fornecer-nos um melhor entendimento do que foi a “União Pelo Pará” e sua lógica de funcionamento. A partir de tal análise podemos identificar o que levou o PSDB a ser secundarizado nas eleições municipais de Belém pelo governo do estado que estava sob o comando da legenda, tendo em vista, poderemos compreender o cenário político ao qual o estado estava submetido, e as estratégias utilizadas pelos tucanos<sup>1</sup> para se manter no comando do executivo estadual, dentre elas, a secundarização intencional do PSDB na cidade de Belém.

No segundo capítulo fazemos um breve histórico do PSDB e o papel desempenhado pela sua principal liderança no estado, Almir Gabriel, na formação e consolidação da “União Pelo Pará” numa nova forma de se relacionar com os aliados, e na secundarização do partido nos processos de eleições municipais em Belém, tanto nos dois governos de Gabriel (1995 – 2002), como no de Simão Jatene (2003 – 2006), que completou o ciclo de doze (12) anos dos tucanos no governo do Pará. Deixando o PSDB de Belém “refém” das estratégias traçadas em nível estadual por Almir e a classe dirigente do partido.

No terceiro capítulo, falamos da relação do PSDB com a “União Pelo Pará” e dos resultados deste na cidade de Belém nos anos em que tal coligação esteve formada no estado do Pará. Apresentamos dados que confirmam nossa tese de não investimento no partido na cidade de Belém, que o tornasse uma força alternativa ao comando da capital. As informações apresentadas vão desde os resultados eleitorais do partido em Belém, como também de afirmações colhidas em processo de entrevistas que reforçam a prioridade eleitoral do PSDB pelo governo do estado, ou seja, a secundarização dos interesses do PSDB na cidade de Belém em favor da manutenção e ampliação da grande coalizão de partidos que foi a “União Pelo Pará” no comando do estado do Pará de 1995 a 2006.

---

<sup>1</sup> Por ser um tucano, ave brasileira, o símbolo do PSDB, seus membros são assim chamados.

No quarto e último capítulo apresentamos as conclusões a que chegamos através das análises dos dados apresentados.

## 2 A “UNIÃO PELO PARÁ” E A SECUNDARIZAÇÃO DO PSDB NAS DISPUTAS ELEITORAIS MUNICIPAIS EM BELÉM

O PSDB, chegou ao comando do governo do estado no Pará, ao mesmo tempo em que chegava ao governo federal brasileiro. Desde então, ficou no comando do executivo paraense durante doze (12) anos, tempo que o fez avançar ganhando prefeituras e aumentando seu poderio político no estado. No entanto, cabe ressaltar que a chegada do PSDB ao poder no Pará, representou uma nova forma de relação do governador com seus aliados em torno de uma grande aliança denominada de “União Pelo Pará”. O fato é que o PSDB se estruturou no estado através da sua chegada ao comando da máquina estadual, antes disso, sua presença política era irrelevante no estado. Foi a chegada do PSDB ao governo do Pará que favoreceu o seu avanço pelos municípios paraense (Tabela 1), e não o contrário. Talvez por isso, que o projeto estadual dos tucanos sempre prevaleceu frente aos interesses do partido nos municípios.

Tabela 1 – Avanço do PSDB em números de lançamento de candidaturas a prefeito nas eleições municipais dentro do período em que a “União Pelo Pará” esteve no governo do Pará (1995 – 2006).

<b>ELEIÇÃO</b>	<b>CANDIDATOS</b>
1996	80
2000	93
2004	102

Fonte: Pará, 2012.

Neste contexto, de formação e consolidação da grande coligação que foi a “União Pelo Pará”, o discurso que norteou a construção de tal grupo de aliados, foi sempre a de uma união necessária ao desenvolvimento do Pará, ou seja, os interesses do povo paraense estariam acima de qualquer interesse de grupos particulares. Neste sentido, como grupo de interesse também abrigado nessa grande união em prol do Pará, os interesses tucanos deveriam estar enquadrados dentro do objetivo principal do próprio projeto do governador Almir Gabriel, que agiu sempre com maestria e liderança na contenção dos ímpetos dos grupos e lideranças pelo exercício do poder.

Desta forma, buscamos neste estudo responder o por quê de o PSDB, enquanto esteve no comando do governo do estado, tendo Almir Gabriel como a

maior liderança e expoente político da legenda, nunca ter sido priorizado nas eleições municipais na cidade de Belém, a segunda mais importante máquina do estado, perdendo apenas para o próprio governo do Pará. Sendo assim, investigamos e respondemos o preterimento pelos caciques estaduais tucanos, dos interesses locais do PSDB em favor do grande projeto estadual do partido, e buscamos compreender as razões que levaram o PSDB no estado a fazer tal escolha.

No entanto, como a “União Pelo Pará” era uma grande coalizão de partidos, num primeiro momento eleitoral, e na fase seguinte de governo, torna-se necessário analisá-la à luz do sistema partidário brasileiro e de sua legislação eleitoral, tendo em vista, a instrumentalização que as coalizões/coligações exercem, tanto no processo eleitoral, quanto no processo de governo. Neste sentido, é imprescindível entendermos o papel desempenhado pela “União Pelo Pará” dentro do plano mais institucionalizado do sistema partidário e eleitoral brasileiro, e no âmbito das decisões políticas exigidas pelo contexto complexo de fragmentação do poder e correlação de forças. O que torna relevante a análise a partir de teorias consagradas sobre sistemas partidários e coalizões.

## **2.1 Sistema Partidário e Coalizões**

O sistemas partidários tornaram-se foco de estudo pela Ciência Política há pelo menos quarenta (40) anos. No entanto, o material produzido pelos diversos trabalhos tem sido de grande importância para compreendermos as classificações e padrões de comportamento que colocam tais sistemas em funcionamento. Dos muitos trabalhos, nos reportamos ao de Maurice Duverger (1967) e Giovanni Sartori (1982), ambos considerados clássicos, pela primazia de seus trabalhos na área, pela dimensão analítica que conseguem alcançar em seus estudos e pela relevância que ainda hoje, os mesmos representam como passo inicial no processo de compreensão do que seja e representam os sistemas partidários, sobretudo nas democracias.

Duverger (1967), ao analisar diversos sistemas partidários sugere a influência direta do sistema eleitoral, ou seja, as formas com que os sufrágios são implementados, sobre a maneira como os partidos passam a se comportar no processo de escolha de representantes. Nesta direção, o autor apresenta duas

proposições que se tornaram a base de seus estudos no que se refere a relação dos sistemas eleitorais com os sistemas partidários, onde, segundo o mesmo, o sistema eleitoral majoritário de único turno, tende ao bipartidarismo, e o de dois turnos, somado ao de representação proporcional favorecem ao surgimento de um sistema multipartidário.

A contribuição de Duverger (1967) sobre o multipartidarismo, o define como resultado, em primeiro lugar, do acirramento das oposições interpartidárias, e ainda, da superposição dualista no seio do ambiente social. Neste sentido, o multipartidarismo passa a vigorar intimamente relacionado com o grau de independência das oposições entre si. É o que nos expõe em sua obra ao tratar dos sistemas de partido:

O multipartidarismo nasce dessa independência recíproca das oposições, supondo, necessariamente, que os diferentes setores da atividade política sejam mais ou menos isolados uns dos outros e divididos por compartimentos: o próprio de toda concepção "totalitária" é, precisamente, estabelecer dependência rigorosa entre todos os problemas, de forma que certa posição a respeito de um acarrete, necessariamente, posição correlativa a respeito de cada um dentre os outros (DUVERGER, 1967, p. 268)

A partir das considerações do autor, entende-se que as formas com que os partidos se estruturam, o seu número, a natureza e a forma como relacionam-se entre si, são influenciadas pelo sistema eleitoral de cada país. Neste sentido, a importância de Duverger (1967) se deve ao fato de ser pioneiro em fazer uma classificação sobre as tipologias dos sistemas partidários e a procurar as causas que podem influenciar na configuração dos mesmos. Aos moldes da caracterização do autor, o nosso sistema partidário se caracteriza como multipartidário, pelo fato de existir mais de 03 (três) partidos a disputar pelo poder do Estado, onde, a representatividade de tais partidos deve estar configurada em cadeiras no parlamento ou em cargos políticos nas esferas do poder estatal, consubstanciando assim, um sistema pluripartidário.

As considerações de Giovanni Sartori (1982) avança, no sentido de ir além do critério numérico de Duverger (1967) na classificação das tipologias dos sistemas partidários. No entanto, reconhece que tal critério pode nos fornecer aspectos importante de determinado sistema político, tais como; a proporção em que o poder político é fragmentado ou não, se, encontra-se disperso ou concentrado, o número

decorrente de interações possíveis entre os partidos, e ainda, o grau de complexidade do sistema, que segundo o mesmo, cresce paralelamente com o número de partidos. Ressalta ainda, que as estratégias e táticas partidárias relacionam-se diretamente com o número de partidos existente, o que passa a influenciar nas formas com que as coalizões governamentais são construídas e nas atitudes que estas assumem diante do sistema político.

Em sua análise, Sartori (1982) explica que, mais importante do que classificar um sistema pelo seu número de partidos, seria analisá-los pela relevância que venham a assumir dentro de determinado sistema. Neste sentido, o autor estabelece dimensões que podem dar operacionalidade no que se refere a “relevância” dos partidos políticos dentro de determinado sistema partidário. Sendo assim, ressalta que a força de um partido, é medida primeiramente pelo seu potencial eleitoral, que posteriormente remete à uma força parlamentar, tendo em vista, a transformação de votos recebidos em determinados sufrágios em cadeiras no parlamento, ou mesmo em cargos políticos. Contudo, uma vez nos espaços políticos de poder ou não, e objetivando táticas que possibilitem aumentar sua influência, o potencial de coalizão, ou seja, de aglutinar outros partidos em torno de seus projetos políticos é visto pelo autor como uma das condições que tornam um partido relevante. Nessa lógica nos afirma:

O que realmente pesa na balança do multipartidarismo é a proporção em que um partido pode ser necessário para uma coalizão, para uma ou mais das possíveis maiorias governamentais. Um partido pode ser pequeno, mas ter um forte potencial de negociação numa coalizão. Inversamente, ele pode ser forte e não dispor dessa capacidade (SARTORI, 1982, p. 146).

Complementando suas considerações acerca da relevância dos partidos em determinados sistemas, nos apresenta duas regras essenciais segundo o autor na percepção do grau de relevância dos mesmos, que são:

**Regra 1.** Um partido menor pode ser excluído como irrelevante sempre que continua, no decorrer do tempo, sendo supérfluo, no sentido de ser nunca necessário a ou integrado em qualquer coalizão majoritária possível. Inversamente, um partido menor deve ser levado em conta, por menor que seja, se estiver em posição de determinar, com o tempo e em certo momento, pelo menos uma das maiorias governamentais possíveis.

**Regra 2.** Um partido tem condições de relevância sempre que sua existência, ou aparência, reflete a tática da competição partidária e particularmente quando modifica a direção da competição – determinando uma transferência da competição centrípeta para a centrífuga, seja para a esquerda, para a direita, ou em ambas as direções – dos partidos voltados para o governo (SARTORI, 1982, p. 147).

Nessa lógica, Sartori (1982) entende que os partidos que não tem potencial de coalizão, ou de chantagem podem ser excluídos. Não obstante, os que apresentarem importância governamental na arena onde se formam as coalizões e também competitividade na arena da oposição, devem ser incluídos no processo de análise dos sistemas partidários. Neste sentido, a definição de Anthony Downs (1999) de partido, onde a legenda partidária é vista como um conjunto de indivíduos que buscam ter o controle do aparato de governo via conquista de cargos eleitorais, ajuda a compreender o papel das coalizões, tanto na perspectiva eleitoral, quanto nas de composições de governos, como veremos mais abaixo, principalmente em contexto onde existe um sistema multipartidário, fazendo das coalizões um instrumento de chegada e manutenção do poder.

## **2.2 Coalizões Partidárias e a secundarização do PSDB de Belém nos anos de Almir Gabriel.**

A "União Pelo Pará", tida nesse estudo, como a principal causa da não potencialização da chegada do PSDB ao governo da capital paraense no período em que esta esteve no comando estadual, é um exemplo claro de coalizão partidária firmada dentro de um processo eleitoral, e posteriormente, no governo, depois do êxito na eleição estadual de 1994. Vale ressaltar que o PSDB era o partido principal dessa coalizão, que no caso da legislação eleitoral brasileira é chamada de "coligação", tendo o partido, no período de vigência desta, apresentado o nome que encabeçou a chapa para o executivo estadual nos quatro (04) pleitos em que disputou, ficando doze (12) anos no comando do governo do estado do Pará.

Neste sentido, a "União Pelo Pará" sintetizou a representação dos mais diversos interesses presente na sociedade paraense, organizados, num primeiro

momento, sob a forma de coligação eleitoral, que é o nosso foco neste estudo, e depois, com o ganho do executivo do Estado numa coalizão de governo.

Nos inclinaremos a partir de teorias acerca das coalizões partidárias, na busca da compreensão, operacionalidade e função que estas assumem num sistema partidário, tendo em vista que, segundo Dahl (1989), a única forma de observar a igualdade política em determinados sistemas, é percebendo a operacionalidade e seguimento das regras pelos atores envolvidos. E ainda, a lógica que orientou o governo do PSDB no Pará, enquanto principal partido da sua coligação, a não investir força suficiente para que os pessedebistas belenenses viessem a se tornarem vitoriosos nos pleitos eleitorais municipais durante o período da coligação "União Pelo Pará".

No âmbito das teorias sobre as coalizões, Oliveira, Oliveira e Onuki (2006) nos diz que a evolução dos estudos sobre estas, permite-nos agrupá-los em dois níveis de análise, o primeiro refere-se aos processos de formação das coalizões, buscando-se a compreensão da maneira e do tipo de coalizões que se formam, e o segundo, sobre o comportamento das coalizões, analisando-as sobre a ótica da atuação dos atores que participam, e da estabilidade da coalizão ao longo do tempo, tendo em vista, o risco de deserção dos atores, o tipo de estratégias aplicadas, o padrão de atuação, a eficiência na ação e na distribuição dos recursos.

Na sua "The theory of political coalitions", William Riker (1962) ao escrever sobre as coalizões parlamentares, estabelece em sua teoria dois componentes que a norteou, que são; o princípio do tamanho e o efeito da informação. Em sua obra, Riker (1962) entende a política como um jogo de soma zero, onde a vitória é vista como um bem indivisível, ou seja, as recompensas são distribuídas exclusivamente à coalizão vitoriosa. Nesse sentido, para esse autor, num ambiente com número definido de atores racionais, interligados por pactos privados entre si, e de posse da informação perfeita, uma coalizão de vitória mínima é o suficiente para a sustentação de um governo, já que a mesma, significa que os recursos de poder são escassos e devem ser potencializados para serem divididos por um grupo de partidos que seja o menor possível.

No caso da realidade brasileira, tem-se primado pelas coalizões máximas, devido as características do nosso sistema partidário, entre as quais, podemos destacar a proporcionalidade das representações, e o alto grau de fragmentação partidária. Num quadro de alta fragmentação, a possibilidade de coalizões máximas

é uma forma de dar uma margem de segurança maior para os atores, tendo em vista, a dificuldade de se obter também informações precisas. Desta forma, as coalizões máximas é a maneira encontrada para diminuir as incertezas de maioria fundada num sistema que produz um parlamento altamente fragmentário. No entanto, embora pareça mais satisfatória no contexto brasileiro, as coalizões máximas apresentam alguns problemas em situações de competição política democrática. Entre tais problemas, podemos destacar o fato da necessidade de bloquear um competidor viável, que geralmente surgem com o processo mal sucedido de partilha dos cargos e pelo horizonte temporal, ou seja, aproximação do fim do mandato, e com isso, a possibilidade de perda do uso exclusivo das estruturas da máquina administrativa, segundo Lacerda e Oliveira (2004/2005).

Mesmo reconhecendo as dificuldades que podem surgir dentro de uma coalizão máxima, é importante destacar que, a articulação desta por parte de partidos e governos tem dado funcionalidade ao sistema político brasileiro. No que tange aos partidos dentro do processo eleitoral, o maior número de legendas dentro da mesma coligação, significa amplo apoio e a potencialização ao máximo de se obter os votos necessários à eleição dos cargos para o executivo. Já no caso dos governos, ela tem sido providencial na construção de maiorias governistas no parlamento, que assegurem a aprovação ou rejeição de projetos polêmicos proposto ou combatido pelo executivo, e ainda, estabilidade política na condução e implementação das ações de governo. Tanto é, que, na medida em que aumenta o grau de insatisfação na base governista, o governo começa a ter dificuldades na aprovação de matérias de seu interesse, sendo necessário, mais habilidade em negociações e disposição de ceder às “chantagens” dos parlamentares e partidos para ver aprovada as questões que lhe interessam.

O fato é que, coligar-se passou a ser um instrumento altamente funcional para os partidos num sistema fragmentado na busca de diminuir seus custos quanto aos seus objetivos eleitorais. Desta forma, a lógica mais adequada para ser competitivo no processo eleitoral relaciona-se diretamente com a capacidade de formar uma coligação. Assim, a coligação no sistema brasileiro já é vista como uma tendência natural, o que segundo Humberto Mizuca (2007), “*evidencia uma constatada preferência pelo uso de alianças como estratégia partidária*”, como reforça a Tabela 2, no caso específico do PSDB nos municípios do paraense, onde, disputar sem coligar, foi exceções à regra, o que demonstra que, a preferência dos

partidos por coligações, evidencia o domínio progressivo, por parte da elite política, da regra do jogo eleitoral, fazendo-a funcional a seu favor. A taxa de sucesso desse tipo de acordo tem sido considerável, tendo em vista que, os candidatos lançados em alianças, apresentaram índices de vitória, bem superiores do que, quando lançados isoladamente (MIZUCA, 2007).

Tabela 2 – O número de candidaturas a prefeito lançadas pelo PSDB no Pará, de 1996 a 2012, durante e depois da “União Pelo Pará”, ressaltando as candidaturas exclusivas, sem coligação com outros partidos.

<b>ELEIÇÃO</b>	<b>TOTAL DE MAJORITÁRIOS</b>	<b>CANDIDATURAS EXCLUSIVAS</b>	<b>DIFERENÇA</b>
1996*	80	80	0%
2000	93	5	-95%
2004	102	2	-98%
2008	38	2	-95%
2012	72	2	-97%

Fonte: Pará, 2012.

Ora, nessa perspectiva Carlos A. Souza (2012) nos afirma que a lógica de fazer alianças em coligações nos processos eleitorais tem sido necessária, tanto para partidos pequenos, que necessitam ultrapassar a cláusula de barreira do quociente eleitoral, como para os grandes, que visa buscar o apoio dos partidos pequenos, que nesse caso, é melhor tê-los como aliados. Neste sentido, embora ocorra um interesse dos partidos em buscar aliados dentro do mesmo espectro ideológico, este não tem sido fator preponderante para a composição de coligações entre os partidos políticos brasileiros, pois estes estão direcionados pela busca de resultados satisfatórios na disputa eleitoral, e para isso tornam-se atores pragmáticos.

Importante questão ressaltada por Mizuca (2007) no ambiente de disputa nos estados, é a de que, o grupo de partidos que se acomodam em torno do partido do governador oscilam entre as eleições, o que reforça a tese de que as estratégias das legendas obedecem uma lógica calculista nas relações entre si, o que contribui para configurar uma heterogeneidade no alinhamento dos partidos no estado. No entanto, ainda segundo Mizuca (2007), nota-se a relevância do partido dos governadores nas eleições majoritárias para a escolha dos prefeitos, mudando a relação entre os grupos de acordo com os pleitos municipais, tornando o cenário bem diversificado. Neste sentido, a organização partidária brasileira parece respeitar questões estaduais. Nicolau (1996) na sua contribuição ao entendimento do sistema

partidário brasileiro, afirma que as forças dos partidos oscilam significativamente entre as unidades federativas, sendo raro o partido que mantém uma uniformidade em termos de conquistas regionais.

No ambiente diversificado dos estados, são muitos os motivos que levam os partidos a coligarem-se em disputas eleitorais, que vão desde a renovação de alianças já consolidadas em outros processos eleitorais, ou mesmo, a construção de novas alianças temporárias ou duradouras, formatando uma nova configuração de forças políticas em momentos eleitorais específicos. Para Machado e Miguel (2008) havendo plena liberdade para que aconteçam acordos desse tipo, é de se esperar um grande número de coligações orientadas de forma pragmática, desprezando as diferenças e justificando a pluralidade partidária. Neste sentido, a lógica das coligações num ambiente de disputa eleitoral, como a brasileira, prima pelas adaptações dos atores político junto às regras que regem o jogo eleitoral, que nessa órbita, sagra-se vencedor o que conseguir mais votos junto ao eleitorado.

No caso brasileiro, as restrições à formação de coligações são bem poucas, tendo aumentado nas eleições de 2002 e 2006 com a chamada "verticalização" determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde limitava as coligações estaduais a firmarem alianças que não conflitavam com as formalizadas pelos partidos a nível federal para as eleições presidenciais. No entanto, pode-se dizer que tal resolução do TSE teve vida efêmera, tendo em vista, a forte oposição da classe política, o que levou a sua revogação. A derrubada da verticalização, que tinha como discurso a padronização das coligações no intuito de dar mais clareza aos eleitores na hora de exercer suas escolhas, nos mostra muito bem as lógicas distintas que regem o sistema partidário nos estados federados, e destes com a lógica de alianças a nível nacional.

Num contexto preconizado pela racionalidade dos atores envolvidos no processo eleitoral, segundo Downs (1999), temos que os partidos procuram alcançar posições dentro da estrutura estatal via apoio eleitoral. Sendo assim, o principal interesse de partidos e políticos seria a maximização de suas votações, com a apresentação de programas que viessem a ser absorvidos pelas demandas do eleitorado. Dentro dessa lógica, também de maximização dos seus benefícios, é que os eleitores buscam representantes que terão o potencial de produzir políticas que atendam seus interesses. Nesta perspectiva é que Machado e Miguel (2008) salientam que:

Quanto às expectativas do eleitorado, há uma conexão fraca entre eleitores e partidos políticos no Brasil, dificultando a formação de imagens políticas que permitam a distinção clara quanto às diversas agremiações partidárias. A cultura política, o sistema eleitoral ou a influência dos meios de comunicação de massa: são muitos os fatores mobilizados pela literatura para explicar o fenômeno da "personalização" da política no Brasil. Independentemente do motivo, há pouca identificação popular com os partidos, que cumprem mal seu papel de balizadores fixos das opções políticas. Portanto, coligações incoerentes ideologicamente não são identificadas como tal por largas fatias do eleitorado (MACHADO; MIGUEL, 2008).

Sendo assim, os partidos políticos passam a ter o controle da representação política, e o próprio poder político concentrados em suas mãos, tendo em vista, que tal controle é exercido muito além das arenas institucionalizadas e da esporádica participação dos eleitores, ou seja, é feito diretamente junto aos correligionários, seja na determinação dos candidatos, como também na construção dos acordos pré-eleitorais, e ainda, a capacidade de promover certos arranjos de conhecimento interno das organizações partidárias que venham atender a seus interesses. Neste sentido, as coligações tendem a reduzir ainda mais o potencial de controle do eleitorado sobre a escolha de seus representantes, tendo em vista, esmorecer as diferenças entre os partidos que venham a compor determinada coligação.

Para Cox (1998), como proposta de candidatura, as coligações podem atender a interesses diversos, tal como consolidar a força política em um ambiente a princípio hostil a um grupo determinado. Nessa ótica, ao se formar uma coligação, os partidos mostram o seu alinhamento com determinados grupos políticos em detrimento de outros. A motivação que leva a aproximação ou distanciamento dos partidos entre si revela a busca de recursos valorizados que uns podem oferecer aos outros, que vão desde a possibilidade de usufruir da máquina estatal, ou mesmo um capital político que os coloquem em posição considerável no processo de disputa política. Contudo, cumpre salientar que as orientações das coligações formadas podem não ter como alvo a orientação do eleitorado, e sim a aproximação de grupos que controlam determinados centros e recursos de poder.

Para Machado e Miguel (2008), cada coligação, é um momento num processo que se estende no tempo, onde, as estratégias partidárias não esgotam no pleito seguinte, obtendo uma temporalidade mais extensa. Nessa lógica, é que percebemos dentro da "União Pelo Pará" uma pré-disposição do governo tucano em acomodar num primeiro momento dentro da máquina administrativa as legendas que a compuseram, e em outro momento, no que se refere às disputas eleitorais nos

municípios, ceder espaço para partidos aliados nos processos de sucessão dos prefeitos, onde tal cedência lhe fosse exigida. Nesse sentido, entendemos não ter havido por parte dos governos tucanos em nível de estado nesse período de doze anos, um investimento capaz de disputar pra ganhar, ou mesmo disputar, as eleições na capital paraense.

### **2.3 A coligação no sistema eleitoral brasileiro**

A coligação é um instrumento previsto na legislação eleitoral brasileira e pode ser entendida como a associação de dois ou mais partidos com o objetivo de disputar uma determinada eleição. No entanto, no caso brasileiro essa associação de partidos deve ser de maneira formal, e a Justiça Eleitoral é a responsável pela formalização e registro de determinada coligação. A coligação entre partidos, embora não possua como os partidos políticos, uma personalidade jurídica civil, quando formalizada funciona como autêntico "partido temporário" durante o processo eleitoral. Neste sentido, os partidos que venham a compor uma coligação, somente em conjunto pode peticionar, pedir registro, impugnar candidatos, recorrer etc. Sendo-lhes vedado até mesmo, desistir isoladamente do pedido ou pleitear em juízo substituindo a coligação.

A coligação como integração de forças partidárias no Brasil é resultado do pressuposto de que as legendas que entram na mesma, são atores racionais que buscam o melhor resultado possível com o mínimo de esforços e de riscos. Assim a maximização dos votos e ampliação dos espaços políticos no processo de disputa eleitoral, é uma estratégia de sobrevivência e "expansão partidária" já que, segundo Nicolau e Schmitt (1995), é necessário atingir o quociente eleitoral para existir e alcançar representatividade, que é associada a uma estratégia de ganho eleitoral racionalmente elaborada. Nesta percepção dos partidos como atores racionais é que buscamos uma definição dos mesmos para que venhamos a compreender a composição de uma coligação, vista no processo eleitoral como um partido "*pró tempore*". Nos utilizamos neste estudo, da conceituação dada por Downs (1999) aos partidos:

No sentido mais amplo, um partido político é uma coalizão de homens que buscam controlar o aparato de governo através de meios legais. Por coalizão, entendemos um grupo de indivíduos que têm certos fins em comum e cooperam entre si para atingi-los... O partido é, desse modo, um grupo de homens, formado livremente, que coopera principalmente num esforço de conseguir que algum deles sejam eleitos. Entretanto, eles podem discordar vigorosamente entre si sobre as políticas que os eleitos deveriam colocar em prática.

Esse conceito utilizado por Downs (1999), nos ajuda a compreender de maneira lógica a coligação como uma coalizão de partidos, que busca alcançar sucesso no processo eleitoral. Neste sentido, a construção dessa coalizão de partidos é realizada dentro de uma estratégia de ampliação do espaço político com vistas a aumentar a possibilidade de êxito em determinado processo eleitoral. No presente estudo, a comparação que se faz a partir dos estudos de Downs (1999), se dá, na tentativa de contemplar o maior número possível de interesses num provável governo, e assim conseguir um extenso apoio na sociedade.

No caso de nossa tese, respeitando as peculiaridades do nosso sistema político, em que a coligação funciona como uma coalizão formal no processo eleitoral, o que não quer dizer que, se eleita, há uma obrigatoriedade de mantê-la para a composição do governo eleito, no caso do executivo, necessitando na maioria das vezes de ampliar a "coalizão governamental" com o objetivo de dar governabilidade no parlamento e aumentar a representatividade na sociedade. Focamos nossa análise na coligação que forma-se em torno dos cargos executivos, mesmo sabendo que a maneira como é conduzida a construção das coligações proporcionais podem influenciar, de alguma forma na outra para o executivo, conforme o interesse de cada ator envolvido, que nesse caso, seriam os partidos políticos.

Se utilizando da tipologia de Sartori sobre sistema partidário, Nicolau (1996) ressalta que a segunda fase do sistema político brasileiro, marcado pelo multipartidarismo, que vai de 1989 a 1995, caracterizou-se pelo alto nível de fragmentação e equilíbrio, ou seja, embora tenha ocorrido o surgimento de vários partidos nenhum deles se tornou dominante, seja no parlamento nacional, ou mesmo nos executivos estaduais. Neste sentido, a partir de uma abordagem institucionalista, ainda, segundo Nicolau (1996):

As instituições democráticas - sistema eleitoral, sistema de governo, estrutura do Estado (federalista ou unitário) - estabelecem o cenário para a atuação dos partidos políticos; portanto o comportamento dos dirigentes partidários tem como parâmetro as regras por elas estabelecidas. A partir dessas regras a elite política formula estratégias eleitorais, as previsões de efeitos políticos e os cálculos de oportunidade.

Dentro do contexto institucional brasileiro, além da estratégia de maximizar a possibilidade de êxito na ocupação de cadeiras nos parlamentos, os partidos operam com outras variáveis permitidas em nosso sistema político partidário, na hora de fazer coligações, dentre as quais destacamos o tempo no rádio e televisão, que, segundo Nicolau (2006), é dividido proporcionalmente às bancadas dos partidos no parlamento, fazendo com que, os maiores partidos tenham maior tempo de expor seus candidatos. Sendo assim, possibilita o aumento de exposição nos veículos de comunicação dos candidatos coligados dentro da propaganda eleitoral, somando-se o tempo individual de cada partido presente em determinada coligação. Outra variável importante é a habilidade com que os líderes partidários vendem a importância de sua legenda para a formação de determinada coligação, mostrando que o custo de sua presença em determinada coligação seria menor se esta vier a optar por seguir na coligação adversária. Nesta ótica, para Siqueira (1999) as diversas elaborações de controle e regulação "provenientes do Estado como as legislações partidária e eleitoral passam a ter o mesmo status científico das variáveis socioeconômicas na determinação da evolução e formato dos sistemas partidário, eleitoral e parlamentar".

Neste estudo, faremos a análise no âmbito do executivo da influência que a coligação "União Pelo Pará" exerceu na falta de enraizamento do PSDB na cidade de Belém como força alternativa de poder, a partir da escolha do Governo Almir Gabriel de acomodar interesses dos aliados no nível de governo estadual, em detrimento de um fortalecimento municipal do PSDB, e na, não ocorrência do surgimento de novas lideranças no partido que pudesse dar ao PSDB de Belém um ar de renovação dos seus quadros políticos, já que o mesmo, era o principal partido dessa coligação.

### **3 PSDB – BREVE HISTÓRICO E O PAPEL DESEMPENHADO NA AMPLA COALIZÃO ELEITORAL E DE GOVERNO NOS ANOS DE ALMIR GABRIEL**

Nascido em pleno processo constituinte de 1988, o PSDB é nas palavras de Nicolau (1996) *“um partido eminentemente parlamentar”*, por ter sido organizado, na sua maioria, por parlamentares do Partido da Mobilização Democrática Nacional (PMDB) insatisfeitos com a posição do partido na Assembleia Nacional Constituinte. O surgimento do partido da social democracia brasileira, em nada se assemelha aos partidos sociais-democratas europeus, e muito menos viveu o “dilema da participação” dos partidos de esquerda ao sistema de representativo constatado por Przeworski (1989), ou seja, foi pensado para disputar o poder, da institucionalidade do sistema para a sociedade, e não o inverso.

Disputou as eleições municipais de 15 de novembro de 1988, ano de seu nascimento, e conseguiu eleger 18 prefeitos pelo país. Um ano depois, em 1989, disputa a primeira eleição direta após o fim do regime militar no país. A chapa era composta pelos senadores constituinte Mário Covas (SP) como candidato a presidente e Almir Gabriel (PA) como seu vice, ambos do PSDB. A chapa não conseguiu passar ao segundo turno, e declarou apoio ao candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva, que veio a ser derrotado por Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Em nível nacional o PSDB vê sua representatividade crescer em 1990 com a eleição de nove senadores, trinta e oito deputados federais e sessenta e sete estaduais em dezenove estados brasileiro. No Pará, Almir Gabriel (PSDB), aliado a partidos de esquerda, é candidato a governador do estado, ficando em terceiro lugar na disputa, onde o Jader Barbalho do PMDB derrotou o Sahid Xerfan do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no segundo turno. Quatro anos depois, em 1994, Almir Gabriel volta a candidatar-se ao governo do estado, onde polarizou a disputa contra o senador Jarbas Passarinho do Partido Progressista Republicano (PPR) – hoje Partido Progressista (PP) –, que na época contava com franca vantagem, e com o apoio do ex-governador Jader Barbalho que renunciara ao cargo para disputar a eleição onde acabou se elegendo senador em uma das vagas do estado, ficando a outra vaga garantida a Ademir Andrade, eleito pela “União Pelo Pará”.

Segundo Siqueira (1999) várias foram as condições que pesaram para o triunfo de Almir Gabriel sobre Jarbas Passarinho no segundo turno, entre as quais,

uma projeção individual considerável na política estadual, pois fora prefeito de Belém com uma administração bem avaliada pela população, exerceu oito anos o mandato de senador, e ainda, foi candidato a vice presidente na chapa encabeçada por Mário Covas. Além de encabeçar em 1990 uma coligação de centro esquerda ao governo do estado, fato que contribuíra para um bom trânsito deste junto a esquerda, o que lhe rendeu em 1994 a participação do Partido Popular Socialista (PPS), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) em sua coligação. Tal notoriedade na política local favoreceu na hora de atrair para seu arco de aliança o Partido da Frente Liberal (PFL) – hoje Democratas (DEM) – que abrigava na época o grupo do ex-governador Alacid Nunes e outras lideranças evangélicas, além de trazer outro ex-governador que naquele momento era prefeito de Belém, Hélio Gueiros, filiado nessa época a tal partido. A vinda de Gueiros possibilitou a Almir Gabriel o aumento do alcance de sua candidatura a diversos municípios, além de colocar à sua disposição a poderosa máquina do governo municipal da capital.

Neste sentido, Almir Gabriel consolidava em torno de si e do PSDB uma grande coligação que veio a ser chamada “União Pelo Pará”, que permaneceu de 1995 a 2006, no comando do governo do Pará, dois mandatos com o próprio Almir Gabriel e um com seu sucessor Simão Jatene (PSDB). Siqueira (1999) aponta como uma das razões da amplitude e duração no tempo da “União Pelo Pará”, o comportamento “não exclusivista” por parte do então Governador Almir Gabriel em relação aos partidos aliados na condução e administração da coligação, o que seria algo de novo na política paraense, que tinha como marca registrada a verticalidade entre os seus partidários e as quebras dos acordos eleitorais junto aos partidos aliados. Entretanto, mostro a influência direta que a manutenção da “União Pelo Pará” exercia na disputa eleitoral na cidade de Belém, colocando os interesses do PSDB local em segundo plano, não ocorrendo o investimento em novas lideranças do partido na cidade, levando a um não enraizamento e fortalecimento do mesmo na capital, tendo em vista, ser este o principal partido desta coligação, e Belém a principal e mais importante cidade do Estado, tanto em nível político, como eleitoral.

#### **4 RESULTADO: A SECUNDARIZAÇÃO DO PSDB EM PROL DA “UNIÃO PELO PARÁ”**

No presente capítulo apresentamos informações que sustentam a nossa afirmação de que a secundarização do PSDB na cidade de Belém em prol da grande coalizão construída por Almir Gabriel, que foi a “União Pelo Pará”, foi feito a partir da visão de que os interesses do Pará eram maiores do que os de seus diversos grupos políticos, ou seja, a união construída não podia se render aos interesses localistas e grupais. Neste sentido, via análise das decisões políticas tomadas por Almir na composição partidária de sua coalizão eleitoral e de governo, e ainda, nos resultados eleitorais que o partido teve na cidade de Belém nas disputas municipais que estiveram dentro do período em que a “União Pelo Pará” esteve sob o comando do governo do estado. Sustentamos que o não fortalecimento do PSDB para a disputa do comando na capital, foi uma escolha estratégica de Almir Gabriel para evitar a dilaceração do seu “grande partido” que foi como funcionou a sua coligação em torno dos “interesses do povo do Pará”.

Neste sentido, o não lançamento de candidaturas ao comando da capital em algumas eleições, como as eleições de 1996 e 2004, preferindo-se a composição com aliados da base governista no estado, e também o esvaziamento de candidaturas lançadas a prefeitura de Belém pelo partido, como foi o caso da eleição de 2000, foram as formas encontradas pelos caciques tucanos, de conter o ímpeto do partido para comandar a capital paraense. Almir Gabriel sabia que o governo da capital era uma máquina importante, e que, nas mãos tucanas, faria do PSDB o partido mais poderoso da “União Pelo Pará”, fato que poderia acirrar as disputas internas e dilacerar com a mesma e com pacto de união em torno dos interesses do “povo paraense”

Diante de tal contexto, Almir Gabriel ao assumir o governo do estado possibilitou o crescimento do partido via a máquina do governo, aumentando a presença do PSDB nos municípios paraense, ao mesmo tempo em que administrava o ímpeto de seu partido em Belém e de aliados no estado. Desta forma, o PSDB teve no estado um crescimento notório, no entanto, podada suas intenções à curto prazo de comandar a capital do estado. Sendo assim, com tal postura, de fortalecer tanto o PSDB, como os partidos aliados da base da “União Pelo Pará”, Almir Gabriel conseguiu manter o comando do estado nas mãos do PSDB durante três (03)

mandatos, ou seja, doze (12) anos. Nesta linha de argumentação é que apresentamos a relação do PSDB com a “União Pelo Pará” e os desempenhos eleitorais do partido na cidade e no estado como parâmetro de confirmação do preterimento do partido em Belém em favor dos partidos aliados.

#### **4.1 O PSDB e a relação com a “União Pelo Pará”**

O PSDB no estado do Pará tinha na figura do então senador Almir Gabriel o seu maior expoente e um de seus fundadores, que, como já mencionamos acima foi o principal articulador da “União Pelo Pará”. Eleito governador do estado do Pará em 1994 apoiado por uma ampla coligação, Almir passou a pensar e estabelecer estratégias que dessem garantias da manutenção do poder sobre o executivo estadual. Nesse intuito, a consolidação e expansão da coligação que o elegeu, passa a ser vista como uma forma de diminuir os riscos à sua governabilidade, e ainda, à possibilidade real de sua reeleição na eleição de 1998 e posteriormente de outra liderança tucana, que nesse caso, foi a eleição do então secretário de produção Simão Jatene no processo eleitoral de 2002. Principal liderança tucana no estado, Almir Gabriel não furtou-se a fortalecer e ampliar a “União Pelo Pará”. No entanto, num ambiente onde os mais diversos interesses estão presentes, entre eles, os do partido do governador, o fortalecimento e ampliação dessa coligação, levou os partidos a tomarem decisões pautadas no objetivo de diminuir seus riscos e aumentarem as possibilidades de êxito no processo eleitoral.

Tabela 3 – Resultados eleitorais de 1994, 1998 e 2002, os três (03) mandatos do PSDB que compreende a “União Pelo Pará” no estado

<b>CANDIDATOS 1994</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>VOTAÇÃO</b>
ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL	PSDB	870,827
JARBAS GONÇALVES PASSARINHO	PPR	517,309
EM BRANCO		14,846
NULOS		143,557

<b>CANDIDATOS 1998</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>VOTAÇÃO</b>
ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL	PSDB	981,409
JÁDER FONTENELLE BARBALHO	PMDB	839,837
EM BRANCO		25,248
NULOS		70,687

<b>CANDIDATOS 2002</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>VOTAÇÃO</b>
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENI	PSDB	1.291.082
MARIA DO CARMO CARDOSO MA	PT	1.205.229
EM BRANCO		23,93
NULOS		68,611

Fonte: Pará, 2012.

Nessa lógica, no processo eleitoral de 1998, em que Almir conformou a coligação em torno de seu nome à reeleição, coube ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), (hoje PP), indicar a vaga de candidato a senador na pessoa do deputado estadual Luís Otávio, com o *slogan* “O Senador do Governador”, mostrando o peso político que a figura do governador exercia no processo eleitoral, sobretudo, por ter um governo bem avaliado junto à população do Estado, e também pela influência que a máquina estadual representava no processo político. Na consolidação da “União Pelo Pará”, a vaga de vice foi dada ao PTB, onde Hildegardo Nunes, filho do ex-governador Alacid Nunes foi o nome escolhido para compor a chapa do PSDB, fazendo dessa coligação, a grande vitoriosa sobre o candidato do PMDB, o ex-governador e senador da República Jader Barbalho.

As considerações acima expostas acerca do nosso sistema partidário, a partir da visão de Nicolau (1996), nos relata bem o grau de fragmentação partidária no Brasil de 1989 em diante. Nesse sentido, as coligações tornaram-se verdadeiras engenharias política executadas pelas lideranças partidárias, ao utilizarem as “regras do jogo” em favor de suas estratégias. Na lógica de criar e fortalecer um grande partido “*pro tempore*” que foi a “União Pelo Pará” de 1995 a 2006, Almir

Gabriel fez com que o PSDB no Pará trabalhasse com o objetivo de manter-se no comando do executivo estadual, sendo os interesses do partido nos municípios paraense uma das moedas de troca num ambiente complexo de acomodação de diversos interesses dos aliados.

Nessa esteira é que os interesses do PSDB na cidade de Belém, enquanto perdurou a “União Pelo Pará”, foram relegados a segundo plano com o não fortalecimento da máquina partidária local e o não investimento em novas lideranças que poderiam se tornarem referência do partido na capital. Por tratar-se de um “partido de quadros”, ou de notáveis, se utilizando da definição de Duverger (1967), onde estes apresentam um caráter restrito, não havendo a preocupação de reunir um número elevado de filiados, mas de adeptos de qualidade, ou seja, indivíduos com prestígio e poder consolidado – os chamados notáveis. O PSDB em Belém acabou ficando a reboque das estratégias eleitorais dos detentores do comando estadual do partido, configurando-se com uma organização burocrática-eleitoral, com objetivo puramente eleitoral.

Nesse sentido, o governador do estado na pessoa de Almir Gabriel e os parlamentares tucanos, eram de fato, quem davam a linha a ser seguida pelo partido nos diversos municípios. Sendo assim, o PSDB era visto somente, como mais um ator a integrar um grande partido “temporário”, que foi a “União Pelo Pará”. Neste ambiente, o PSDB não se construiu como força coletiva, um partido de fato, e por estar a serviço dos projetos personalistas de um pequeno grupo de lideranças ocupante de mandatos, não houve em nenhum momento por parte de seus dirigentes, interesse no surgimento de novos atores, lideranças individuais ou coletivas, que pudessem levar o partido a um processo de maior organização partidária, o que poderia resultar numa maior demanda por recursos de poder intra-partido e conseqüentemente dentro do próprio governo comandado pelos tucanos “notáveis”.

No entanto, mesmo com o sacrifício dos interesses do PSDB em Belém, não se pode dizer que o modus operandi de Almir estava equivocado, tendo em vista, ter conseguido sustentar o governo do estado durante doze (12) anos sob o comando do PSDB. Neste sentido, a preferência por composição com partidos aliados em 1996 e 2004, e o esvaziamento da candidatura do tucano Zenaldo Coutinho em 2000, mantendo a máquina estadual inerte no primeiro turno, tomando parte apenas no segundo turno em favor do aliado petebista Duciomar Costa, configura uma

estratégia imediatista, mas que conseguiu manter o governo do estado durante três (03) mandatos de quatro (04) anos nas mãos do PSDB, ou seja, cumpriu os objetivos buscados pela elite política do partido naquele contexto político do Pará.

A partir de Michels (1982), em seu trabalho sobre o surgimento de oligarquias dentro dos partidos, que passam a dirigir os mesmos em busca do poder. Vemos no núcleo dirigente do PSDB um grupo político oligárquico, que conduz as estratégias e negócios do partido no estado a partir dos seus interesses imediatos, fazendo deles os interesses de todo o partido. Sendo assim, essa oligarquização partidária do PSDB dificulta as condições de condução democrática da vida partidária e com ela o processo de expansão do partido em bases sociais sólidas, capazes de fornecer novas lideranças para o partido. Essa postura do grupo dirigente do PSDB no Pará, dentro da lógica de priorizar a manutenção da máquina do estado em detrimento de alguns municípios, entre os quais a capital do estado, enquanto durou a “União Pelo Pará”, se mostrou desastrosa quando o partido perdeu o comando do governo estadual em 2006, onde na eleição de 2008, conquistou um número pequeno de prefeituras, no total de doze (12), sem grande expressão política, econômica e eleitoral com exceção de Altamira, que se destaca como município polo da região sudoeste do Pará.

A lógica de priorização da máquina estadual em relação aos interesses municipais foi tão assimilada, que em 1996 o partido conquistou apenas municípios de importância intermediária, entre os quais, Paragominas, Parauapebas e Ananindeua. De acordo com Pará (2012) já em 2000, só Marabá dos municípios mais importante, considerado pólo no estado, passou a ser governada pelo PSDB. Em 2004, o partido passou a contar com municípios importantes como, Altamira e Itaituba, além de outros municípios de importância mediana dentro da balança de equilíbrio do poder no estado.

No caso do PSDB de Belém, mesmo estando o partido sob o comando do governo do estado durante três (03) mandatos, em nenhum momento, este assumiu um papel destacado como alternativa de poder na cidade. Nas três eleições em que disputou (Tabela 4), enquanto estavam no comando do governo do estado, na primeira, em 1996 compunha a chapa como vice do Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo derrotados pelo PT, já em 2000 saiu com candidatura própria, no entanto, não passou nem ao segundo turno. Em 2004 veio a ser vice novamente, só que agora, na chapa do PTB, que quebrou com os oito anos de governo do PT em

Belém. Na eleição de 2004, ficou notória a fragilidade e falta de quadros do PSDB de Belém, que a vaga de vice na chapa do PTB de Duciomar Costa foi ocupada pelo então ex-prefeito de Ananindeua Manoel Pioneiro - PSDB, município da região metropolitana de Belém, que governou aquela cidade por dois mandatos.

Tabela 4 – Candidatos a prefeito de Belém e as três (03) eleições disputas no período da “União Pelo Pará”.

CARGO	1996	2000	2004
PREFEITO	RAMIROS BENTES (PDT)	ZENALDO COUTINHO (PSDB)	DUCIOMAR COSTA (PTB)
VICE	ADENAUER GOES (PSDB)	JOSUÉ BENGTON	PIONEIRO (PSDB)

Fonte: Pará, 2012.

O surgimento do PSDB alicerçado em um grupo de parlamentares, ou seja, de dentro do já existente sistema partidário, facilitou o surgimento de um partido geneticamente apartado dos movimentos sociais, potencializando uma prática oligárquica na gestão do partido com seus filiados. Nesse sentido, há um descompasso enorme diante dos seus objetivos fundadores manifestados em seu estatuto, que traz na “busca pelo pulsar das ruas”, uma forma de fortalecer e ser um representante legítimo da sociedade brasileira, ou seja, ter seus pés fincados em bases sociais sólidas. Diante desse quadro, é que surge dentro do PSDB um movimento nacional denominado de “25 de Junho” que tinha na juventude seus principais atores. O movimento tinha como foco principal, discutir os rumos da Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira (JPSDB) a partir de uma visão da necessidade de dar ao partido o “pulsar das ruas”, e estabelecendo estratégias para fortalecer a renovação partidária com novas lideranças e bases sociais. No entanto, o exemplo do movimento da juventude, que se refletiu inclusive no Pará, só reforça a maneira oligárquica com que foi conduzido no estado durante a vigência da “União Pelo Pará”.

Embora Almir Gabriel tenha iniciado junto aos partidos aliados uma relação não “exclusivista” segundo Siqueira (1999), do ponto de vista das escolhas eleitorais, isso significou uma perda de peso político do PSDB dentro da coligação “União Pelo Pará”, fato que contribuiu para o não investimento do partido no município de Belém, visando atender as “chantagens” dos partidos considerados relevantes para a composição de tal coligação em nível de estado. Uma das

consequências na cidade de Belém, foi a total desarticulação da máquina partidária do PSDB com a derrota da “União Pelo Pará” para o PT em 2006 com a eleição da Ana Júlia Carepa, derrotando o ex-governador Almir Gabriel para governo do estado. Neste sentido, o PSDB de Belém pagou um alto preço dentro da estratégia montada por uma oligarquia partidária que privilegiou os aliados na perspectiva de manter um grande partido “*pro tempore*”<sup>2</sup> que pudesse diminuir os riscos de uma eventual derrota no processo eleitoral.

Contudo, com a derrota de 2006 para o PT de Ana Júlia Carepa, vários partidos<sup>3</sup> que compuseram a “União Pelo Pará” durante os doze (12) anos que está esteve no governo do Pará, viraram base do novo governo que iniciou em 2007, e que os derrotou na eleição do ano anterior. Ficando a situação do PSDB no estado ainda mais complicada, com a chegada do pleito municipal de 2008, onde o partido, das trinta e oito (38) prefeituras disputadas conseguiu conquistar apenas doze (12), sem muita expressividade no contexto político, econômico e eleitoral no estado. Tais comportamentos só reforçam que a “União Pelo Pará” foi uma coligação pragmática de interesses imediatistas dos atores que a compuseram, e ainda, que a lógica de priorizar a máquina estadual, que garantiu a permanência dos tucanos durante três (03) mandatos no governo do Pará, contribuiu para a fragilização do partido nos municípios, principalmente sem o auxílio da máquina do governo estadual, que a partir de 2007 passa a trabalhar no isolamento do PSDB no estado.

## 4.2 O PSDB na cidade de Belém

O PSDB depois da terceira colocação na eleição ao governo do estado em 1990, onde o senador Almir Gabriel disputara encabeçando uma chapa mais a esquerda, composta pelo: PCdoB, PSB, PDT e PT, tinha a partir de então um nome forte pra disputar a prefeitura de Belém, e isso, foi se construindo durante o tempo em que antecedeu a disputa. Em 1992, Hélio Gueiros, agora no PFL e rompido com Jader disputaria a prefeitura de Belém contra Almir Gabriel, que tinha o apoio de uma ampla coligação de centro-esquerda, que tinha partidos como: PCdoB, PCB,

---

<sup>2</sup> A coligação assume papel de partido temporário no período eleitoral

<sup>3</sup> PP, PTB, Partido Social Cristão (PSC), Partido Verde (PV), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), Partido Liberal (PL) após 2006 houve a fusão com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) e formou o Partido da República (PR).

PTB, Partido Verde (PV), Partido Social Trabalhista (PST) e o PSDB, além do apoio de figuras políticas como Jader, este como lançador da candidatura do tucano, Jarbas Passarinho, Sahid Xerfan e Augusto Resende. Em julho de 1992, três meses antes da eleição, Almir renuncia a candidatura, sendo substituído pela então vereadora Socorro Gomes do PCdoB, que acabou sendo derrotada pelo Hélio Gueiros.

A eleição de Gueiros para prefeito de Belém em 1992, embora estando nesse momento em campo oposto ao de Almir, foi fundamental para que este viesse a ser eleito governador do Pará dois anos mais tarde, precisamente em 1994, numa ampla coligação chamada “União Pelo Pará”. Neste sentido, o PSDB de Belém passa a exercer um papel coadjuvante no jogo sucessório pelo comando do executivo municipal da cidade, durante o período em que perdurou a “União Pelo Pará”. A capacidade ativa do partido no município, no que tange, a disputa eleitoral pelo comando do poder local, foi secundarizada em favor de uma estratégia pragmática de Almir Gabriel, que colocou o projeto estadual do partido, pelo comando do governo do Estado, acima dos projetos do PSDB nos municípios. Estabelecendo uma dicotomia, onde deveria existir uma sinergia entre o PSDB e a coligação “União Pelo Pará”.

A contextualização de nossa análise torna-se importante por demarcar nitidamente o espaço temporal em que a “União Pelo Pará” esteve sobre o comando do executivo estadual, e neste intervalo, buscarmos o desempenho do PSDB nos processos eleitorais no município de Belém, como nos mostra a tabela. A análise feita por esse ângulo é importante para levarmos à evidenciação de nossas colocações a respeito do fato de o PSDB, como principal partido da coligação “União Pelo Pará”, no período de 1995 a 2006, nunca ter conseguido emplacar uma candidatura de suas fileiras, que viesse a ganhar a eleição para a prefeitura da cidade de Belém como nos mostra a tabela 5. Nesse espaço de tempo, o PSDB Belém ocupou a vaga de vice em 1996, na chapa do pedetista Ramiro Bentes, que era apoiado pelo prefeito da época Hélio Gueiros do PFL (hoje DEM), em 2000 concorreu com Zenaldo Coutinho, ficando fora do segundo turno na terceira colocação, sendo superado por Edmilson Rodrigues do PT e Duciomar Costa do PSD, onde o petista sagrou-se vencedor. No ano de 2004, o PSDB de Belém é mais uma vez coadjuvante no processo eleitoral da cidade, agora, como vice de Duciomar Costa, que agora está no PTB, depois de uma fusão da legenda do Partido Social

Democrático (PSD) com o PTB a nível nacional (Tabela 5). Embora vitoriosa no processo eleitoral, onde derrotaram a petista Ana Júlia Carepa, tornou-se evidente o enfraquecimento do PSDB na cidade de Belém, com a importação do nome que ocuparia o papel de vice na chapa do Duciomar, sendo Manoel Pioneiro, ex-prefeito de Ananindeua o escolhido para cumprir tal papel, que dois anos mais tarde, resolve voltar para Assembleia Legislativa como deputado estadual, ficando vaga o cargo de vice-prefeito.

Tabela 5 – Resultado das três (03) eleições municipais em Belém no período da coligação “União Pelo Pará”.

ANO	CARGO	PARTIDO	CANDIDATO	VOTAÇÃO	SITUAÇÃO
1996	Prefeito	PT	EDMILSON BRITO RODRIGUES	244.340	2º turno
	Prefeito	PDT	RAMIRO JAYME BENTES	102.996	2º turno
	Prefeito	PMDB	ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO	88.123	Não eleito
	Prefeito	PPB	CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR	64.514	Não eleito
	Prefeito	PL	LUIZ AFONSO DE PROENCA SEFER	9.103	Não eleito
	Prefeito	PSD	DUCIOMAR GOMES DA COSTA	7.811	Não eleito
	Prefeito	PRP	MANOEL AUGUSTO COSTA REZENDE	7.086	Não eleito
	Prefeito	PRN	JOSE FERNANDO DO NASCIMENTO MORAES	1.424	Não eleito
ANO	CARGO	PARTIDO	CANDIDATO	VOTAÇÃO	SITUAÇÃO
2000	Prefeito	PT	EDMILSON BRITO RODRIGUES	267.635	2º turno
	Prefeito	PSD	DUCIOMAR GOMES DA COSTA	188.234	2º turno
	Prefeito	PSDB	ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR	96.360	Não eleito
	Prefeito	PFL	VICTOR PIRES FRANCO NETO	41.788	Não eleito
	Prefeito	PMDB	MANOEL AUGUSTO COSTA REZENDE	26.601	Não eleito
	Prefeito	PSTU	CLAITON COFFY	1.440	Não eleito
	Prefeito	PSC	AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA	966	Não eleito
	Prefeito	PAN	LEONARDO SERRA BRAGA	516	Não eleito
ANO	CARGO	PARTIDO	CANDIDATO	VOTAÇÃO	SITUAÇÃO
2004	Prefeito	PTB	DUCIOMAR GOMES DA COSTA	356.201	2º turno
	Prefeito	PT	ANA JULIA DE VASCONCELOS CAREPA	238.305	2º turno
	Prefeito	PMDB	HELIO MOTA GUEIROS	67.270	Não eleito
	Prefeito	PDT	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	32.608	Não eleito

Prefeito	PPS	ARNALDO JORDY FIGUEIREDO	29.055	Não eleito
Prefeito	PSTU	ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES	2.505	Não eleito
Prefeito	PTC	RAIMUNDO ABDON DA SILVA	1.999	Não eleito

Fonte: Pará, 2012.

O PSDB esteve doze anos sob o comando da poderosa máquina do governo do Estado, e, durante esse período, chamou-nos a atenção o fato de este nunca ter conseguido ganhar a prefeitura de Belém. Neste sentido, nos ateremos a variáveis que vão desde a escolha de compor a chapa de outras forças partidárias, abrindo mão de concorrer com candidatura própria, até o desempenho eleitoral das candidaturas quando lançadas, e ainda, uma comparação no período da votação recebida na legenda do partido nas eleições municipais no período da “União Pelo Pará”.

Para chegarmos a uma compreensão concisa do nosso objeto de análise, é preciso que voltemos aos pleitos imediatamente anteriores ao início do comando da coligação “União Pelo Pará” no governo do Estado, tanto o de 1990 para governo do Estado, quanto o de 1992 para a prefeitura de Belém. O então senador Almir Gabriel, com a disputa de 1989, onde ocupou a vaga de vice-presidente na chapa do PSDB, ao lado de Mário Covas, já se tornara referência política do partido no estado do Pará. Em 1990, Almir consolida essa liderança como um novo nome a ser lembrado na política paraense, quando ficou na terceira colocação na disputa pelo governo do estado. Já em 1992, a renúncia de Almir Gabriel à candidatura a prefeito de Belém, praticamente na mesma base política que o apoiou em 1990, com exceção do PT e PSB, e agora com apoio de figurões da política paraense, tais como Jader, Jarbas e Xerfan, na disputa com Hélio Gueiros do PFL, foi fundamental para estabelecer um bom trânsito que o garantiu o apoio da máquina municipal e o apoio pessoal de Hélio em 1994 para o governo do estado, onde veio a derrotar Jarbas Passarinho com o apoio de Jader Barbalho.

Com o intuito de facilitar o nosso entendimento a respeito do período estudado, construímos uma linha do tempo que pode nos ajudar a identificar mais facilmente à lógica e as escolhas pragmáticas tomadas no seio da coligação “União Pelo Pará”.

Linha do tempo ilustrativa do período estudado:

1. 1992 \_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_ 1996 \_\_\_\_\_ 2000 \_\_\_\_\_ 2004 \_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_ 2008  
 | \_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_
2. 1994 \_\_\_\_\_ União Pelo Pará \_\_\_\_\_ 2006

Fonte: O autor da pesquisa, 2012.

\*Na linha 1 temos os pleitos municipais.

\*\*Na linha 2 temos os pleitos estaduais.

Como já dissemos acima, a renúncia de Almir Gabriel do PSDB de disputar a eleição municipal de 1992 contra o ex-governador Hélio Gueiros poderia explicar em parte a razão para que este viesse a apoiá-lo para governo do estado em 1994. Almir passou a ser o candidato de Gueiros contra Jarbas Passarinho que era o candidato de Jader Barbalho. O apoio de Hélio Gueiros foi muito importante para a vitória de Almir e da “União Pelo Pará” nas eleições de 1994. Nessa lógica de aliança, é que Almir inaugura no Pará uma nova forma de relacionar-se com os aliados, passando a conciliar interesses, buscando ao máximo a agregação de partidos na base da sua coligação. Sob este ponto de vista, é que qualquer interesse do PSDB de disputar o comando da capital paraense, tinha antes, que ser pactuado com os partidos da base aliada, no sentido de preservar a força e coesão da coligação “União Pelo Pará” no estado.

Nesse sentido, o apoio dado a Almir Gabriel em 1994 por parte do prefeito de Belém Hélio Gueiros, foi em grande medida influenciado pela sua desistência de disputar a poder na capital em 1992, ainda mais quando se tratava de uma candidatura apoiada pelo então governador Jader Barbalho, neste momento o principal adversário político de Gueiros. Com a desistência em 92, Almir passa a gozar da simpatia e aproxima-se de Hélio Gueiros na disputa contra Jarbas Passarinho, que tinha o apoio de Jader na disputa pelo governo do estado. O estabelecimento da aliança Almir e Gueiros deu à “União Pelo Pará” o governador e o seu vice na pessoa de Hélio Gueiros Junior, filho do prefeito de Belém.

O reconhecimento por parte de Almir Gabriel, da importância que teve a máquina da prefeitura de Belém e a liderança de Hélio Gueiros no estado em seu êxito eleitoral, o colocou numa posição propensa a aceitar a indicação do prefeito da capital à sua sucessão na disputa pelo comando da cidade. E assim foi feito, sendo o pedetista Ramiro Bentes, pessoa da estrita confiança de Gueiros o indicado para a disputa, ungido tanto pelo palácio Antônio Lemos, quanto pelo palácio dos

despachos em 1996, tendo como indicação a vice o tucano Adenauer Góes. Neste sentido, num acordo de cavalheiros, Almir retribuiu o apoio recebido em 94 pelo grupo político de Gueiros, tendo em vista, tentar manter o domínio político sobre o comando da capital do Estado, fato que não veio a acontecer, devido a derrota sofrida para o petista Edmilson Rodrigues no segundo turno das eleições de 96.

O atual secretário de cultura do estado Paulo Chaves, um dos fundadores do PSDB no Pará, nos afirma que:

Houve praticamente um acordo do governador Almir Gabriel com o Hélio Gueiros, então, o candidato a prefeito foi escolhido pelo Hélio, e o vice era do PSDB, parecia-me então naquela altura uma atitude compensatória. Claro que se passava muito pela cabeça do Almir, entregar Belém para o partido da coligação mais forte né, e garantir o apoio para a reeleição. [...] Nunca houve muito ímpeto na eleição do prefeito de Belém, talvez por esses acordos dentro da coligação [...]

As declarações de Paulo Chaves só reforçam a tese de que o comando da capital não foi suficientemente disputado pelos tucanos que, com vistas a aglutinar outros partidos usaram a disputa pela cidade como moeda de troca para consolidar sua base governamental no estado, e ainda, fortalecer a “União Pelo Pará”, com o PSDB no comando do estado. E essa foi a lógica que norteou as estratégias traçadas pelo PSDB sob liderança de Almir Gabriel, ou seja, além do projeto de fortalecimento e expansão da “União Pelo Pará”, ocorria o interesse em manter o PSDB no comando do executivo estadual por seguidos mandatos. Na esteira das afirmações de Paulo Chaves, podemos observar com maior nitidez essa falta de “ímpeto” por parte dos tucanos em disputar o comando da capital paraense na eleição de 2000, onde a candidatura tucana do então deputado Zenaldo Coutinho acabou ficando fora do segundo turno, com uma votação muito aquém de uma candidatura apoiada pela máquina do governo do estado. Logo se percebeu o esvaziamento da candidatura do PSDB, tendo em vista, as candidaturas de outros partidos que compunham a base política da “União Pelo Pará”. Ou seja, somente num provável segundo turno que a máquina estadual se movimentaria em prol de seus aliados, e assim o fez, apoiando o deputado estadual Duciomar Costa na disputa contra o petista e candidato a reeleição Edmilson Rodrigues.

No pleito de 2004 o PSDB cede a cabeça de chapa ao PTB do então senador Duciomar Costa, eleito pela “União Pelo Pará” em 2002 e que tinha como suplente o hoje senador Flexa Ribeiro. Coube aos tucanos fornecer a candidatura à

vice na pessoa de Manoel Pioneiro ex-prefeito de Ananindeua. Tal importação de um quadro, só reforça o quanto o PSDB de Belém esteve a reboque das estratégias construídas por uma elite política tucana estadualista, e ainda, pelo espaço diminuto para o surgimento de novas lideranças políticas na cidade de Belém. Com o êxito de Duciomar na eleição de 2004 que rompeu com 8 (oito) anos de governo petista na cidade, o PSDB acabou herdando a vaga de senador pelo Pará, na pessoa de Flexa Ribeiro.

O hoje senador e presidente do PSDB no Pará Flexa Ribeiro nos expõe a lógica que orientava as estratégias de Almir Gabriel no que tange a expansão e fortalecimento do seu grande partido, como funcionou a “União Pelo Pará” no período de 12 (doze) anos em que os tucanos estiveram no comando do governo do Pará. Segundo ele:

A “União Pelo Pará” ela foi concebida, idealizada, estruturada e formalizada por Almir Gabriel, ele tinha, sempre teve o discurso de que nós todos tínhamos que nos unir independente de coloração de ideologia pelo Pará. [...] A questão da direção, da gestão do PSDB de 95 a 2006 sempre teve, todos nós, o cuidado de fortalecê-lo em todos os pólos do estado do Pará, o PSDB como todos os outros partidos, busca estar presente em todos os municípios, em todas as regiões do estado, e esse trabalho foi muito intenso de 95 a 98, onde, praticamente o PSDB foi estruturado, mas continuava a partir daí sempre com esse foco de torná-lo presente, forte em todas as regiões e em todos os municípios do estado. A questão do interesse do PSDB dentro da “União Pelo Pará”, a orientação de Almir Gabriel sempre foi de que o PSDB tinha que estar fortalecido, mas os aliados também fortalecidos, quer dizer, não bastava o PSDB ser forte e os aliados fracos, era preciso que houvesse uma distribuição de forças em que o PSDB pudesse ser o partido que desse a orientação, que tivesse liderando a união, mas que seus parceiros na coligação também estivessem fortalecidos. Essa sempre foi a orientação que Almir deu pra nós, e os interesses do PSDB lógico sempre foram defendidos dentro da união, mas sempre com essa visão de não deixar, de não esmagar os partidos aliados, pelo contrário, considerando eles como parceiros. E nesses 12 (doze) anos sempre se discutiu e se tomava como uma meta a ser alcançada, conquistar para o PSDB o governo municipal da capital. Fizemos algumas tentativas e algumas das vezes dentro dessa visão que havia, no início de Almir Gabriel e depois de Simão Jatene de que, tínhamos que dar espaço também aos partidos aliados, abrimos mão de várias candidaturas à prefeitura de Belém em prol de outros candidatos de partidos aliados[...]

Na mesma esteira de compreensão da linha dada por Almir Gabriel às negociações que fortaleceram e ampliaram a “União Pelo Pará”, destacamos as afirmações sobre o período em questão neste estudo, de três lideranças tucanas que viveram o dia-a-dia do PSDB de 1995 a 2006, período em que perdurou a coligação. Citamos nesta ordem a deputada estadual pelo PSDB Tetê Santos, o

advogado e ex-coordenador da JPSDB no Pará Miguel Fortunato, e o ex-presidente e um dos fundadores do PSDB no estado, o arquiteto e especialista em desenvolvimento urbano e regional Paulo Elcídio Chaves Nogueira. Sendo assim, na compreensão da deputada Tetê sobre o processo político dentro da “União Pelo Pará”, nos é relevante as seguintes afirmações acerca da discussão partidária sobre a importância de se ter o comando da capital nas mãos tucanas, e nos relata “Era um sonho, era um grande sonho que a gente avançasse nos municípios do interior e que um dia a gente pudesse chegar à capital (Deputada Tetê Santos).

Corroborando com as afirmações de Siqueira (1999), de que Almir inaugurou uma nova forma de relação com os aliados no Pará, as declarações de Paulo Elcídio nos expõem o que a “União Pelo Pará” significou no cenário político paraense, e nos afirma que:

O Pará sempre foi um estado dividido, as lideranças sempre em lados opostos, sempre brigas de grupos políticos, e foi assim Antônio Lemos e Lauro Sodré, foi assim Barata e Assunção, foi assim Passarinho e Alacid, foi assim Jader e Hélio Gueiros, e agora nós estamos vendo a mesma coisa. E o PSDB sob liderança de Almir Gabriel sempre pensamos que a união é que seria importante, no sentido de que, o Pará e os paraenses é muito maior que qualquer liderança política e de qualquer partido político. E com esse pensamento nós procuramos abrigar todos aqueles que quisessem aderir ao nosso plano de trabalho, nosso programa de governo e construir uma união partidária que pudesse dar respaldo aos governos futuros do PSDB (Paulo Elcídio – ex-presidente do PSDB/PA).

As considerações do ex-coordenador de juventude do PSDB, o advogado Miguel Fortunato, tornam-se necessárias, em primeiro, por que corrobora com a tabela exposta abaixo, onde esta mostra o desempenho e avanço da presença tucana nos municípios paraense durante o período de vigência da “União Pelo Pará”, em segundo, pelo fato de nos evidenciar o quanto o avanço do PSDB estava fortemente associado à estrutura da máquina governamental do estado, ou seja, o PSDB no Pará se utilizou das estruturas governamentais para se fortalecer e expandir em presença pelos diversos municípios do Pará. Sendo assim, para Miguel Fortunato:

O PSDB, realmente ele fez do partido uma maratona de discussões e de trabalho em torno da municipalização do partido e aí foi natural e o histórico político desse período, ele nos revela que o partido ele se consolidou da grande maioria dos municípios do estado à época quando o Dr. Almir Gabriel estava liderando o processo político no estado nesse período. Então o partido ele interagiu muito com as lideranças municipais, ele se organizou de uma maneira muito forte no interior do estado né, saindo de uma representatividade solitária à época da eleição de Dr. Almir, que era apenas o prefeito de, a prefeitura de Marabá e também a prefeitura de Ponta de Pedras, com essas duas prefeituras conseguiu alavancar um processo de eleição do Dr. Almir Gabriel, onde ele conseguiu agregar outras lideranças de outras legendas partidárias, mas é interessante dizer que o partido nunca teve grande antes nas municipalidades, ele teve um reflexo de crescência na municipalidade depois que chegou ao poder no estado, aí o partido de fato, ele teve uma interlocução muito boa com a missão de governo, mesmo sabendo o governador separar muito bem essa distribuição do poder, respeitando as lideranças de outras visões ideológicas, mas o PSDB, ele conseguiu realmente desenvolver um trabalho muito bom e crescente em relação a essa interlocução e articulação com os municípios.

Em relação a disputa pelo comando da capital pelo PSDB, Miguel Fortunado nos expõe que:

Evidentemente que o PSDB à época e me recorde, sempre traçou uma estratégia de poder exercer o poder local, acho que a capital sempre foi um sonho à época das lideranças do momento que o PSDB pudesse chegar ao tão sonhado comando da capital, já tava já atuando em nível de governo, mas o Dr. Almir Gabriel à frente do partido nunca permitiu que o partido, ele fosse colocado como um partido de visão prioritária nesse processo de articulação, isso era muito interessante, acho que isso que atraía bastante legendas para esse processo de reunião, porque o Dr. Almir Gabriel à frente do PSDB, ele sempre procurou respeitar e consolidar a grande “União Pelo Pará” como se fosse um grande fórum legítimo de discussão política e de representação política podendo sem sombra de dúvidas dele vir a surgir uma articulação onde pudesse à época ter um candidato de uma legenda partidária fora da legenda do PSDB. Então o Dr. Almir sempre deixou ao meu ver, sempre teve muito claro essa situação da grande hegemonia natural pelo processo de organização do PSDB, mas não existia uma ditadura, de uma imposição de que o PSDB teria que ser sempre priorizado nesse processo de articulação. Sempre procurou deixar muito viva a idéia de democratização nessa discussão pluripartidária... [...] Muito embora existisse dentro do partido um sentimento né, e um exercício para que o partido pudesse conquistar, merecer a condução de um processo político diretivo na capital, a “União Pelo Pará” o grande segredo, o grande fator de sucesso da “União Pelo Pará”, foi justamente essa, trazer a um processo político no estado do Pará, um pacto da confiança entre as legendas para que a gente pudesse entender que dali não poderia prevalecer a imposição de nenhuma legenda sobre a outra, mas que o processo ele teria que ser bastante amadurecido sobre essa questão (Miguel Fortunato – ex-coordenador da JPSDB/PA).

Os dados abaixo nos revelam em primeiro lugar algumas das afirmações de Miguel Fortunato, quanto ao tamanho do PSDB, ou seja, do vertiginoso crescimento da presença dos tucanos nos municípios paraense associado à estrutura de governo

que os mesmos gozavam já que estavam no comando do governo do Pará. Nesse sentido, com a máquina do executivo estadual em suas mãos, os tucanos do Pará não se furtaram a colocá-la em funcionamento em prol de sua consolidação como alternativa de comando local na maioria dos municípios paraense. É interessante notar, que nas três eleições municipais que transcorreram dentro do período de nosso estudo de 1995 a 2006, o PSDB disputou apenas uma vez o comando da capital, ou seja, enquanto solidificava as suas estruturas pelos demais municípios do interior e região metropolitana do estado, negligenciava a disputa pelo comando da capital, o maior colégio eleitoral dentre os demais municípios. Confirmando que as eleições de Belém foram utilizadas pelo PSDB do Pará como moeda de troca por uma governabilidade num primeiro momento, mas também como atrativo de outras legendas para o seu arco de aliança no processo de eleição e reeleição dos seus candidatos a governadores, ou seja, a escolha de não disputar com “ímpeto” o comando de Belém, era evitar o tensionamento dentro da base aliada que pudesse colocar em risco a “União Pelo Pará”. Os dados mostra (Tabela 6) um aumento no número de prefeituras disputadas pelos PSDB no Pará, e conseqüentemente uma evolução também no número de prefeituras ganhas nos três pleitos disputados dentro do intervalo da “União Pelo Pará”. No entanto, apenas na eleição de 2000 o partido lança candidatura própria ao comando da capital, ficando fora do segundo turno.

Tabela 6 – Avanço do PSDB nas eleições no período da “União Pelo Pará” e decréscimo após a término da mesma, e novo crescimento com a volta do partido ao governo do Pará.

<b>ELEIÇÃO</b>	<b>ELEITOS</b>	<b>NÃO ELEITOS</b>	<b>TOTAL</b>
1996	35	45	80
2000	46	47	93
2004	47	54	101
2008	12	26	38
2012	32	40	72

Fonte: Pará, 2012.

As eleições de 2008 nos mostram que, com a perda do governo estadual em 2006, o partido perdeu também o potencial de ganhar ou manter um número de prefeituras que o colocassem entre os maiores partidos em representatividade nos municípios no cenário político paraense ficando reduzido a doze (12) prefeituras com

pouca expressividade no estado. Já no cenário de 2012, com a volta do PSDB ao governo estadual em 2010, o mesmo volta a crescer no estado em número de prefeituras, reforçando a imagem de um partido altamente dependente da máquina administrativa do Estado para se tornar competitivo. O pleito de 2012 nos revela também uma mudança na postura tucana em relação aos aliados, passando a disputar os municípios com as maiores máquinas, dentre elas Belém, onde elegeu o deputado federal Zenaldo Coutinho prefeito da cidade, o que reforça a nossa tese, quanto a secundarização do PSDB nas eleições municipais da capital em favor do grande coligação formada e estruturada por Almir Gabriel.

No que tange às eleições municipais dentro do período da “União Pelo Pará” e foco neste estudo, podemos perceber além do avanço do PSDB em número de municípios conquistados, destacamos também, que o fator governo do estado nas mãos dos tucanos, fizeram do partido um parceiro importante e requisitado para a formação de coalizões municipais na cabeça de chapa, no entanto, isso não quer dizer que o partido não coligou enquanto esteve fora do poder estadual, mas percebe-se uma diminuição elevada no número de candidaturas próprias lançadas na eleição de 2008, provavelmente para o apoio de outras legendas com candidaturas mais bem posicionadas nos cenários políticos e eleitorais dos municípios.

O dado da Tabela 6 exposta acima evidencia em número de prefeituras eleitas e não eleitas pelo PSDB dentro do período da “União Pelo Pará” um aproveitamento acima de 40% (quarenta por cento) nas disputas municipais, ou seja, com a ajuda da máquina do estado, o partido avança pelos municípios paraenses. Contudo, mesmo com todo avanço tucano, numa lógica de fortalecer e enraizar o partido em todo estado, a disputa na cidade de Belém sempre ficou no segundo plano, tendo em vista, das três eleições dentro do período de 1995 a 2006, o PSDB disputou apenas uma como cabeça de chapa, sendo derrotada ainda no primeiro turno. Sendo assim, fica evidente que o fato de o PSDB não ter disputado Belém pra ganhar enquanto perdurou a “União” formada por Almir Gabriel, foi uma escolha do próprio governador na época, e depois maior liderança tucana no estado do Pará, enquanto este esteve filiado ao PSDB. Tanto o é, que depois de voltar ao governo em 2010, depois de derrotados em 2006, os tucanos investiram e ganharam o comando da capital paraense, constatando-se uma orientação diferente seguida pelo partido, da que marcou o período de Almir no comando da legenda no estado, o

que pode influenciar substancialmente nos desdobramentos eleitorais de 2014, no que tange às relações com os aliados e composição eleitoral. Os pessedebistas, agora sabem que sempre precisarão de poderosas máquinas administrativas, em nível municipal, para sustentar as disputas partidárias em momentos em que estarão fora do controle dos governos estaduais.

Além de analisarmos o processo de disputas eleitorais nos municípios paraense pelo PSDB no período em que perdurou a “União Pelo Pará”, a compreensão do desempenho da legenda tucana no município de Belém (Tabela 7), nos forneceu elementos concretos de que a escolha pelo processo de disputa de poder no estado interferiu diretamente nas disputas eleitorais na cidade, relegando a capital do estado a um segundo plano de interesse dos tucanos.

Tabela 7 – Votação na legenda do PSDB nas eleições municipais em Belém, antes, durante e depois do período da coligação “União Pelo Pará” no governo do Pará.

PERÍODO	ELEIÇÃO	VOTAÇÃO LEGENDA
ANTES	1992	27,340
	1996	54,466
DURANTE	2000	35,567
	2004	81,755
DEPOIS	2008	42,709

Fonte: Pará, 2012.

Os dados nos revelam dois comportamentos interessantes tidos pelo PSDB nos pleitos municipais analisados, sendo o primeiro, o fato de, nas eleições em que disputou fora do período da “União Pelo Pará”, ou seja, fora da máquina administrativa do estado, o partido obteve o mesmo número de votos, mesmo que proporcionalmente isso possa nos revelar um estacionamento diante do crescimento no número de eleitores da cidade. O segundo comportamento que chama a atenção, é o fato de um dos piores desempenhos da legenda nas eleições de Belém ter acontecido dentro do período da “União Pelo Pará” no estado, na única vez que o partido saiu com candidatura própria ao comando da capital, fato controverso, tendo em vista que, as candidaturas majoritárias serem usadas na maioria das vezes para fortalecer as candidaturas proporcionais. Neste sentido, confirmamos o não interesse do PSDB estadual em disputar com “ímpeto”, nas palavras do secretário de cultura Paulo Chaves, o comando da capital, demonstrado no esvaziamento da

candidatura do deputado à época, e hoje prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho. A candidatura tucana amargou a terceira colocação, ficando fora do segundo turno como nos mostra a Tabela 8.

Tabela 8 – Resultado eleitoral em Belém na eleição de 2000, onde a candidatura tucana de Zenaldo Coutinho foi derrotada no 1º turno.

<b>CARGO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>VOTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Prefeito	PT	EDMILSON BRITO RODRIGUES	267.635	2º turno
Prefeito	PSD	DUCIOMAR GOMES DA COSTA	188.234	2º turno
Prefeito	PSDB	ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR	96.360	Não eleito
Prefeito	PFL	VICTOR PIRES FRANCO NETO	41.788	Não eleito
Prefeito	PMDB	MANOEL AUGUSTO COSTA REZENDE	26.601	Não eleito
Prefeito	PSTU	CLAITON COFFY	1.440	Não eleito
Prefeito	PSC	AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA	966	Não eleito
Prefeito	PAN	LEONARDO SERRA BRAGA	516	Não eleito

Fonte: Pará, 2012.

Nesta ordem, podemos afirmar que as disputas eleitorais em Belém pelos tucanos, passavam antes pelos interesses de uma elite partidária, sobretudo pela diretriz de Almir Gabriel, principal liderança e um dos fundadores do PSDB no estado, ou seja, com o discurso de fortalecer os aliados, abrindo mão de disputar municípios importantes tanto eleitoralmente, como orçamentariamente, este construiu uma nova forma de relacionar-se com os aliados, contendo os ímpetus pelo poder, tanto de aliados de outras legendas, como dos próprios tucanos, para dar segurança e solidez no seu grande projeto político que foi a “União Pelo Pará”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PSDB do Pará fez uma escolha estratégica em prol do projeto estadual de Almir Gabriel. A princípio a afirmação nos sugere uma interpretação um tanto que redundante sobre o processo de escolhas num período de doze (12) anos, tempo em que durou a coligação eleitoral e coalizão de governo construída por Almir Gabriel em torno do PSDB, chamada de “União Pelo Pará”. No entanto, é a melhor definição para o comportamento do partido em relação às eleições municipais que transcorreram em Belém dentro do período em que tal coligação esteve sob o comando da máquina estadual. Ora, tal processo de escolhas por determinadas estratégias a serem traçadas, não podem ser ressaltadas sem levarem-se em consideração as peculiaridades do novo sistema partidário brasileiro que surge com a abertura democrática e o aparecimento de um multipartidarismo que evoluiu em grau de competitividade, sobretudo a partir de 1995, segundo Nicolau (1996) onde a dependência dos atores políticos entre si forçaram a tomada de decisões cada vez mais racionais num ambiente altamente fragmentado em relação aos recursos de poder.

Na esteira desses acontecimentos é que o PSDB do Pará ganha projeção política no estado através da liderança de Almir Gabriel um de seus fundadores e àquela altura senador constituinte. Conhecedor da história política do Pará, Almir constrói em torno do seu nome uma união supra partidária abrigando as mais diversas e importantes lideranças do Pará, o que o senador Flexa Ribeiro, numa reprodução do discurso utilizado por aquele, para agregá-los, como foi exposto no capítulo anterior, concebe como “uma união em nome do desenvolvimento econômico e social do Pará”. No entanto, o interesse do PSDB como máquina partidária era de se manter no comando do estado, fazendo da ampla aliança “União Pelo Pará” uma estratégia eleitoral que pudesse garantir o partido no comando da máquina estadual.

Neste sentido, os esforços dos tucanos caminharam na direção de evitar o acirramento das disputas políticas entre os partidos e lideranças da base da coligação, que viessem a comprometer num primeiro momento a agenda de governo e posteriormente a consolidação da legitimidade e apoio aos tucanos no processo de condução do processo político no Pará. A liderança e habilidade de Almir Gabriel

foram fundamentais para que o projeto político dos tucanos para o Pará, fosse visto pelas demais lideranças e partidos sem maiores desconfianças que pudessem minar qualquer relação de apoio ao mesmo. A redistribuição dos recursos de poder aos aliados de forma a garantir o apoio ao projeto do PSDB no estado feita por Almir Gabriel, inaugura uma nova forma de relacionar-se com os outros grupos políticos presente no estado.

Sem o prestígio junto aos aliados e liderança junto ao seu partido, Almir Gabriel jamais conseguiria conter o ímpeto, tanto de aliados como de seu próprio partido, por recursos de poder que os colocassem em posição de luta interna pela hegemonia política, causando assim um desequilíbrio nas relações entre si. No esforço de fazer valer uma agenda de desenvolvimento político e econômico pelo Pará, segundo os tucanos, é que as eleições em Belém e nos maiores centros urbano e eleitoral do estado sempre foram debatidas com muito cuidado no interior do PSDB, de maneira a evitar que a disputa por tais cidades, máquinas importante, pudesse interferir no processo de pactuação dos interesses juntos aos partidos aliados no estado. Internamente na cúpula tucana sempre prevaleceu o discurso e o projeto político que colocava a “União Pelo Pará” acima das disputas municipais, e o PSDB como principal partido da coligação era compelido a dar o exemplo no âmbito da coligação.

Nessa lógica de comportamento nas relações com seus aliados é que o PSDB manteve sempre sobre controle o ímpeto dos seus correligionários da cidade em disputar Belém. Num primeiro momento, mas precisamente em 1996, respeitando um acordo com o prefeito de Belém Hélio Gueiros, a quem caberia a indicação do próximo candidato ao comando da cidade. Uma peculiaridade que o processo eleitoral revelou sobre a manutenção no decorrer de todo o tempo de duração da coligação, foi a aliança prioritária com o PFL nos pleitos estaduais, não se tratando apenas de respeito ao potencial de votos da legenda no estado, mas também pelo tempo eleitoral que este representava em qualquer propaganda eleitoral de rádio e televisão, tendo em vista, a bancada que este tinha na câmara federal, e a distribuição do tempo de propaganda eleitoral obedecer a proporcionalidade da representação do parlamento na câmara federal dos partidos, ou seja, o bom trato com os aliados não se restringia a uma estratégia de governo, mas também eleitoral.

Já na eleição de 2000 em Belém, a candidatura tucana foi esvaziada de apoio pela máquina estadual, fato comprovado nas entrevistas e nos resultados eleitorais daquele ano em Belém, onde o PSDB teve uma das piores votações em sua legenda, de todas as eleições disputadas pelo partido na cidade até então. Ora, se num primeiro momento a cedência de espaço aos aliados, da candidatura à prefeitura da cidade foi em razão de um acordo, tendo em vista retribuir o apoio recebido na eleição que sagrou Almir Gabriel governador do estado, em outros, se tratou de movimentações estratégicas que assegurassem a continuidade e expansão da “União Pelo Pará”, onde todos os aliados se vissem atendidos em suas pretensões imediatas, desde que pactuadas dentro da coligação. Sendo assim, as eleições pelo comando da capital e em municípios considerados pólos no estado foram estrategicamente usadas pelos tucanos com o intuito de fortalecer a união com os demais partidos da coligação que sustentava o governo do PSDB no estado. Na lógica formulada e conduzida por Almir, podemos mesmo afirmar que a “União Pelo Pará”, sua expansão, união e objetivos políticos sempre foram a motivação principal do mesmo, fazendo da mesma o seu “grande partido” na defesa do seu projeto político-econômico e social pro Pará.

Ao fazer da “União Pelo Pará” o seu grande partido, Almir Gabriel transformou as demais legendas, entre elas o PSDB, em meros atores secundários na construção da engenharia eleitoral rumo a conquista e manutenção do governo do Pará. Nesta situação, a acomodação de interesses sempre foi atividade rotineira com o objetivo de viabilizar a construção do seu projeto para o estado. Nessa perspectiva, disputar e ganhar o comando de Belém e municípios importante seria uma atitude que deixaria o PSDB muito forte em relação aos aliados, e ainda, colocaria em risco as razões para alguns aliados, dentro de uma relação de custo benefício, continuar apoiando e legitimando a condução dos tucanos no governo do estado. Claro que a disputa da capital pelo partido não seria por si só, o fator responsável pela revoada dos aliados em direção a projetos oposicionista aos tucanos, no entanto, a gula do PSDB por recursos de poder que o colocassem em situação vantajosa em relação aos demais da coligação, levaria ao aumento da tensão dentro da “União Pelo Pará” e o processo de disputa se aguçaria, colocando em risco a viabilidade do “grande partido” de Almir Gabriel em “defesa dos interesses do Pará”.

Dentro dessa configuração e cuidado para não deixar o PSDB alimentar ao extremo o seu ímpeto pelo poder, as disputas eleitorais na cidade de Belém e nos grandes municípios do estado, sempre foram oferecidas aos aliados, seja em acordos consagrados no passado, ou mesmo no tabuleiro de estratégias que colocassem o PSDB em posição destacada no cenário político estadual. Desta forma chegou-se a algumas conclusões sobre o período em que a “União Pelo Pará” esteve sob o comando da máquina estadual, entre elas, destacamos as que mais se relacionam com o objetivo deste estudo em mostrar o quanto o PSDB Belém ficou refém das estratégias do partido no estado.

O discurso de Almir Gabriel, de que os interesses do Pará eram maiores do que os dos grupos políticos que permeavam este estado, foi bem aceito pela classe política que se dispôs a ajudá-lo a construir um “novo Pará”, como foi propagandeado oficialmente pelo governo. Nesse sentido, a obstinação de Almir em construir uma grande união em nome de um novo projeto pro Pará, fez da “União Pelo Pará” o seu grande partido, e as demais legendas em seus interesses, foram coordenadas em nome do objetivo principal da coligação. Desta forma os interesses partidários imediatos foram colocados em segundo plano, entre eles, o do próprio partido de Almir, que teve de conter a ânsia por ter a cidade de Belém sob o comando tucano. Sendo assim, a criação, manutenção e fortalecimento da “União Pelo Pará”, foi uma escolha estratégica e pragmática de Almir Gabriel, mesmo que, em determinados momentos tivesse que podar os interesses do seu próprio partido, o PSDB.

Outra conclusão tirada desse processo, é a de que, o impedimento do avanço do PSDB em algumas disputas municipais em nome das candidaturas aliadas, fez do partido uma legenda menor do que poderia ser, e com isso, diminuiu o poder estrutural que o partido poderia ter no estado. Conclusão esta, tirada do processo eleitoral municipal imediatamente posterior a perda da eleição de 2006 para o PT, mais precisamente em 2008, com a ocorrência de dificuldades em lançar candidaturas nos municípios, e ainda, de ter êxito eleitoral nas eleições daquele ano. Na eleição de 2004, o partido elegeu 47 prefeitos, e no pleito eleitoral seguinte, já fora da máquina do estado, elegeu apenas 12 prefeitos, número considerado pequeno, tendo em vista o período de doze (12) anos em que os tucanos governaram o estado. Essa fragilidade do partido no estado pós “União Pelo Pará”, é atribuída neste estudo, ao fato de o mesmo não ter investido nas disputas de

municípios importante politicamente e eleitoralmente, em prol do fortalecimento dos outros partidos integrantes da coligação, como bem colocou o senador Flexa Ribeiro, ao apresentar a lógica das relações que Almir Gabriel primava junto aos aliados.

Dentro deste contexto, afirmamos que os processos eleitorais dentro da cidade de Belém durante o período da “União Pelo Pará”, não foram suficientemente disputados pelos tucanos, ou seja, os interesses municipais foram subjugados aos interesses do PSDB no estado, dentro da lógica e discurso de Almir Gabriel no processo de união na busca da construção de um “novo Pará”. Ganhar Belém, na visão dos que defendiam a união e o entendimento com os demais partidos e lideranças do estado, seria transformar o PSDB num partido hegemônico dentro da coalizão, já que comandaria as duas principais máquinas do estado. Neste sentido, entendemos que os caciques tucanos no estado preferiram por não ganhar Belém para não acirrar o processo de disputa dentro da “União Pelo Pará”. Contudo, concluímos que ganhar Belém nunca foi, enquanto perdurou a “União Pelo Pará”, o objetivo principal do PSDB, e sim a manutenção do governo do estado. As eleições em Belém ajudaram, no entanto, na negociação que permitiu aos tucanos garantirem apoios pra se manterem durante doze (12) anos no comando do governo do estado.

Mesmo construindo toda essa engenharia política que foi a “União Pelo Pará”, Almir Gabriel e o PSDB, não conseguiram evitar a derrota da mesma em 2006 para a petista Ana Júlia Carepa. No entanto, é necessário levantar algumas questões que podem ter precipitado o fim da hegemonia da coalizão construída por Almir Gabriel, dentre elas, o desgaste temporal, já que se tratava de doze (12) anos do PSDB e da “União Pelo Pará” sob o comando do governo estadual. Esse período de doze (12) anos no comando do estado fez com que se acirrassem novas oposições, e o PMDB, antigo e feroz opositor, passou a exercer o papel de fiel da balança, ou seja, qualquer dos dois projetos, tanto o dos tucanos, quanto o dos petistas, que já polarizavam desde 2002 as disputas, tanto em nível nacional, como no Pará influenciado pelo efeito Lula, se quisessem permanecer ou chegar ao governo do Pará, teriam que combinar antes com o PMDB. Foi assim desde a eleição de 2002, quando o não cumprimento de um acordo para eleger a deputada federal Elcione Barbalho do PMDB senadora, por parte do PT, via transferência da segunda opção de votos dos petistas para esta, tendo em vista, se tratar de duas

vagas abertas naquela eleição, fez o PMDB migrar o apoio no segundo turno para o tucano Simão Jatene, tornando-o governador do estado.

Tal papel de fiel da balança, foi exercido pelo PMDB também em favor dos petistas, quando estes derrotaram os tucanos em 2006, pondo fim ao ciclo de doze (12) anos do governo tucano e dos aliados no estado, e também em 2010, em favor dos tucanos novamente, reconduzindo Simão Jatene ao governo do Pará. Ora, tal análise do processo de derrocada e novo início dos tucanos no governo do Pará, se torna necessário pelo fato de percebermos e reafirmarmos uma mudança de comportamento desse novo governo do PSDB em relação à “União Pelo Pará” construída por Almir Gabriel, principalmente no que tange as eleições municipais em Belém e nos municípios pólo. O fato de como foi tratada a eleição em Belém e nos municípios pólos em 2012, marca bem essa nova postura do PSDB no estado, o que levou o partido a disputar os maiores orçamentos com candidaturas próprias. A eleição de Zenaldo Coutinho, com o investimento massivo da máquina estadual, comprova que não disputar o comando de Belém, com ímpeto para ganhar, no período que Almir Gabriel comandava o partido, foi escolha do próprio ex-governador, com o objetivo de isolar ao máximo os seus opositores e agregar defensores e aliados para o projeto tucano no Pará.

No tocante, a essa nova forma de relacionar-se com os aliados pelo PSDB no período do segundo governo de Jatene que iniciou em 2011 e vai até 2014, onde o partido disputou em 2012 e passou a comandar algumas das máquinas mais importante do estado, tais como Belém, Santarém e Ananindeua, ainda é um processo que está em pleno funcionamento, e com isso, os desdobramentos ainda estão por ocorrer em sua plenitude. O que nos leva a ter prudência e esperar os impactos que essa nova postura tucana, pode desencadear para o processo eleitoral de 2014.

No geral, entendemos que a engenharia política almirista em construir uma ampla aliança eleitoral, de governo e parlamentar, mostrou-se eficaz, pois os governadores tucanos jamais encontraram problemas na obtenção de governabilidade legislativa enquanto estiveram no comando do executivo estadual. Por outro lado, a secundarização do PSDB em Belém e nos principais centros econômicos e urbanos do estado mostrou-se equivocada.

Mostrou-se errada, porque a competição eleitoral, municipal e estadual, são dois momentos, que apesar de interligados, são distintos. Os partidos devem

disputar aguerridamente às eleições municipais, priorizando aquelas cidades de maior densidade econômica e ou eleitoral. A construção de coalizões estaduais obedece lógica distinta, e no contexto da tutela orçamentária do Governo do Estado sobre prefeituras, nada mais fácil do que construir amplas coligações em torno de partidos que controla o executivo estadual, ou seja, nenhuma querela local impedem os partidos de “aderirem” à máquina estadual.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA, M. D. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 4, p. 43-73, 2010.
- COX, G. W. **Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems**. New York: Cambridge University Press, 1998.
- DAHL, R. A. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LACERDA, Alan; OLIVEIRA, Bruno Cesário de. Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. **Cronos**, Natal, v. 5/6, n. 1/2, p. 273-287, jan./dez. 2004/2005.
- MACHADO, Carlos Augusto Mello; MIGUEL, Luis Felipe. Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2008. p. 37-58.
- MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, DF: UNB, 1982.
- MIZUCA, Humberto Dantas de. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.
- NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 129-147, 1995.
- OLIVEIRA, A. J. N.; OLIVEIRA, E.; ONUKI, J. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 465-504, jul./dez. 2006

PARÁ. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**. [S.l.]: TSE, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RIKER, William H. **The theory of political coalitions**. New Haven: Yale University Press, 1962

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.

SIQUEIRA, Edir Veiga. **Formato e evolução do sistema partidário eleitoral e parlamentar do Pará: uma análise comparada (1945-1962 e 1986-1998)**. 1999. 41 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; CAVALCANTE, Maria Jeanne da Silva. Padrões geográficos das coligações Eleitorais no Brasil: uma análise pela perspectiva ideológica dos Partidos Políticos - 2002 e 2006. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS POLÍTICAS, 36., 2012, Águas de Lindóia, **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2012. p. 1-23.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

- 1) Nome?
- 2) História na fundação e na direção partidária/período.
- 3) Como foi pensado a implantação do PSDB na sociedade? Desde 1989?
- 4) Nos 12 anos de gestão- 1995 a 2006, como o PSDB foi pensado dentro da coligação União Pelo Pará?
- 5) A Direção Estadual do partido dialogou com o governador sobre a prioridade de implantação do PSDB nos municípios pólos do Pará entre 1995 – 2006?
- 6) Quando se discutia as eleições municipais (1996 – 2000 – 2004), como era debatido os interesses do PSDB dentro da União Pelo Pará?
- 7) Neste 12 anos, alguma vez a direção do PSDB discutiu com o governador a importância de ter a capital sob controle tucano?

## APÊNDICE B – ENTREVISTA 1: DEPUTADA TETÊ SANTOS

**Tetê Santos** – Então! Meu nome é **Maria Alves**, mas sou conhecida mais por Tetê, né. Um nome que sou conhecida desde criança. Eu sou militante, das organizações populares desde muitos anos, mais de 20 anos, iniciando a minha militância como presidente da Associação de Moradores da Palestina do Pará, que fica na Região da Transamazônica, no trecho que liga Marabá à divisa com o Estado do Tocantins. Então, lá, como presidente da Associação de Moradores. Depois eu tive a honra de trabalhar no Movimento de Educação de Base, que era uma instituição ligada à CNBB, atuando diretamente na Diocese de Marabá. E eu atuava mais ligada às organizações comunitárias e incentivando mais as ações de saúde, dentro da Diocese de Marabá. Depois, em 88, eu fui eleita primeira prefeita do Município de Brejo Grande do Araguaia. Naquela época, eu fui eleita pelo PTB e logo em seguida, com a criação do PSDB, eu fui imediatamente, fui praticamente uma das primeiras prefeitas, no Estado do Pará, a filiar no PSDB. Devo ter sido a primeira, por sinal. Foi na época em que o Dr. Almir Gabriel era candidato a vice-presidente da República, na chapa de Mario Covas. E a partir do momento que começou toda a discussão da fundação do PSDB, eu também comecei a me interessar, apesar de morar lá no interior do Estado do Pará. Um dos Municípios mais distantes da capital do Estado, mais de 600 km, daqui lá. Naquela época não tinha asfalto, portanto viajar daqui pra lá era 15 horas de viagem. Eu comecei a me interessar pela discussão, do Partido da Social Democracia Brasileira e aí acabou com a presença do Dr. Almir que já tinha uma atuação muito forte nessa fundação inicial. O Dr. Almir foi um dos fundadores do PSDB no Estado. E, então, com a minha aproximação com ele, com o Dr. Paulo Eucídio, com o Sergio Leão, com o Jatene, com tantos outros, que incorporaram, abraçaram a causa da criação do Partido, logo na fase inicial, eu acabei também, imediatamente, me filiando ao partido. Passei a ser prefeita, vinculada ao PSDB. A partir daí a expectativa de disputar a eleições. Então, eu acompanhei todas as disputas. Acompanhei e não só acompanhei, mas participei ativamente, né, na busca de voto pros nossos candidatos, já pelo PSDB. E terminando meu mandato como prefeita, na eleição seguinte, para deputada estadual, eu já vim candidata. Dois anos depois, já venho candidata e fiquei na primeira suplência, mas em seguida já fui convocada como deputada. Fiquei na Assembleia Legislativa por 12 anos, como deputada estadual. E, nessa última

eleição, pelo fato de ter ficado na suplência, eu, então, fiquei dois anos fora da Assembleia, mas agora com a eleição, já bem recente, com a eleição de prefeitos, que elegeu o Pioneiro pra Ananindeua, elegeu o deputado Alexandre Von pra Santarém, eu, então, voltei à Assembleia Legislativa.

A implantação do PSDB, na fase inicial, ela se deu por muitas discussões. Discussões de lideranças da capital, mas também lideranças do interior do estado, tanto que a minha origem é do interior. Conheço lideranças de Altamira, de Santarém, de tantos outros municípios, outras regiões, que participaram ativamente dessa fase inicial de discussão pra pensar a implantação do PSDB. É claro que numa condição limitada de lideranças, pelo fato de que o conhecimento das lideranças da capital, com as do interior, nessa época, era pequeno. E por outro lado as condições de locomoção pra tanto as lideranças da capital chegarem ao interior, como do interior chegarem à capital. O Estado do Pará é de uma dimensão continental. Enorme! E naquela época, de difícil acesso! Difícil acesso! Então, isso não se dava numa quantidade tão grande de pessoas, mesmo porque nem todos, na fase inicial, acreditavam. A gente tinha um dizer que era a turma da kombi. Eram tão poucos, que às vezes cabiam dentro de uma Kombi. Mas, poucos pensando num Pará melhor, poucos pensando num Pará maior. Maior na sua condição econômica, sabe! Proporcionando melhores condições de vida pra sociedade, pra população. E pensando de um dia chegar ao Governo do Estado, e poder fazer muito mais, como foi o que de fato aconteceu.

**Tetê Santos** – É nos doze anos de gestão. Nós tivemos 8 anos de mandato do Dr. Almir Gabriel à frente do governo. Eu, desses 12 anos de governo do Dr. Almir, desses 8 anos, 2 anos, eu era líder da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa. E aí, a minha contribuição, no sentido de acompanhar de perto, realmente as ações do Governo foi, assim, muito forte. É depois, o governo do Dr. Simão Jatene, que com os quatro anos de Jatene, completaram, então, 12 anos do PSDB à frente do governo. Eu considero que foi um período que o Pará teve muitos ganhos. Naquela época, com a Coligação União Pelo Pará, vencendo as eleições, o Pará teve ganhos enormes! Não só na capital, como no interior do estado. A todo o processo da Alça Viária. Quem viajava por essas estradas, como eu, sabe o que significa. O que significava a travessia do Moju, a travessia da Baía. Então, a construção da Alça Viária contribuiu muito pro desenvolvimento do estado. E muitas outras obras,

muitos outros investimentos. O Tramoeste, que teve uma participação enorme do governo do estado, naquela época. Enfim, foram projetos que alavancaram o desenvolvimento.

**Tetê Santos** – A Direção do partido, ela sempre teve, assim uma aproximação muito grande com o governador. No sentido de discutir prioridade, o próprio fortalecimento da implantação do PSDB nos Municípios. Começou mais aqui na capital, depois nos Municípios próximos da capital, mas aos poucos foi se espalhando, também, no diversos Municípios do interior do Estado. Hoje o PSDB, ele tá presente em todos os Municípios Estado do Pará. Presente através de diretório. A grande maioria dos Municípios, hoje, já tem o seu diretório próprio é, ou comissão provisória, que é renovada a cada ano. É então, eu considero, assim, que o crescimento foi muito grande. Muito grande! Hoje ele tem avançado bastante. Os diretórios, o partido em si, mas agora com uma diferença, o PSDB, com o PSDB Mulher, tendo como braços, como segmentos, vários segmentos: o PSDB Mulher; o PSDB Jovem, né, a JPSDB; Diversidade; o PSDB Fé, são pessoas, assim, extremamente vinculadas a igrejas, que criaram o PSDB Fé. Então, são vários segmentos, hoje, dentro do PSDB.

**Tetê Santos** – Aqui diz, quando se discutia as eleições municipais em 96, 2000 e 2004, como era debatido os interesses do PSDB, dentro da União pelo Pará! Ela se dava às vezes em eventos maiores, eventos menores. É eventos em Municípios assim, mais isolados, mais distantes ou individuais, mas também, se dava de forma em grupo. Eu digo mais em relação ao Sul do Pará. Então, por diversas vezes, nós tivemos agrupamento de lideranças para essas discussões, lá nos Municípios da Região Sul e Sudeste do Estado do Pará. Mas assim como aconteceu nessas Regiões, Sul e Sudeste, aconteceram inúmeras reuniões pro Marajó, pro Centro-Oeste e até nos Municípios também da região de Marajó.

**Tetê Santos** – Nos doze anos, algumas vez, a direção do PSDB discutiu com o governador a importância de ter a capital sob controle tucano? Era um sonho! Não é! Era um grande sonho, que a gente avançasse nos Municípios do interior e que um dia a gente pudesse chegar à capital! Essa última eleição foi, assim, um salto grande. Considero um salto, um salto de qualidade, não é! Quando foi uma eleição,

assim, extremamente disputada! Na capital, que é o maior reduto eleitoral do Estado. Em Ananindeua, segundo maior reduto eleitoral. Santarém, que é considerado o terceiro maior reduto eleitoral. Então, a gente, era um sonho chegar um dia chegar à capital. Primeiro, chegamos à Ananindeua, com o , PSDB administrou Ananindeua 8 anos. Fez uma gestão que eu considero bem razoável. Tanto que houve agora, após 8 anos, o reconhecimento da população, que novamente conseguiu reeleger conseguiu eleger o Pioneiro, que foi prefeito a anos atrás, a 8 anos atrás, pra novamente administrar Ananindeua. Então, esse sonho, ele se concretizou, eu te diria assim, em dose, praticamente dobrada, né! Quando a população conseguiu, ao mesmo tempo, dar ao PSDB a chance de governar Belém, Ananindeua e Santarém. Nós saímos de 12 Municípios, da eleição anterior, né, pra eleição de 2012, elegendo, saímos de 12, elegendo 33, dentre eles a capital, maior reduto; o segundo maior reduto, Ananindeua e o terceiro maior reduto é Santarém. Então, tivemos ganhos enormes. A nossa expectativa é muito grande, que ambos, façam uma boa gestão. A expectativa da sociedade é enorme! E acabei de sair numa audiência com o prefeito de Belém e percebo nele, assim, vontade, dedicação, inteligência, é uma pessoa bastante inteligente. A mesma coisa sinto no Pioneiro, também, no Alexandre Von e tantos outros gestores. Então, essa questão, né, da discussão com o governador da importância de ter a capital sob controle tucano, ela se deu no dia-a-dia, desde a fase inicial, de criação do PSDB. É uma pena que tenha demorado tanto. Mas conseguimos alcançar essa grande oportunidade. Nós esperamos é fazer dessa oportunidade um instrumento, que venha contribuir para os avanços de todos esses Municípios que estão sob o comando do PSDB, no Estado do Pará, hoje, principalmente o Município de Belém, Ananindeua e Santarém.

**Tetê Santos** – Então essa união de partidos, ela é uma necessidade dentro do contexto partidário. Um partido sozinho é muito difícil ganhar ou então com pouquíssimo partidos, também. Porque a tendência é o outro lado se agrupar. Com um número maior e te dar uma ‘pernada’. Então essa busca de partidos... mas é claro uma busca com um certo critério. Você não pode, essa busca, não pode perder de vista o projeto. Ela tem que manter, ela tem que contribuir. A busca de outros partidos, a união com outros partidos tem que manter o rumo. Não pode perder o rumo! E isso o PSDB sempre teve muito cuidado. Em nenhum momento da história de luta do PSDB, no estado do Pará, ele perdeu o rumo, nessa trajetória, nessa

busca, nessa integração de outros partidos para garantir a continuidade do projeto. Na fase inicial, o Dr. Almir conduziu muito bem. E depois, o Dr. Simão Jatene, já num segundo momento também soube dar uma boa condução. E agora, recentemente, pra ganhar, num primeiro momento no primeiro turno, nós tivemos muitas dificuldades, porque muitos não acreditavam. Então, como não acreditavam e do outro lado 'tava', tinha muitas forças unidas. Forças forças partidárias vinculadas a partidos que já estavam vinculadas com a conjuntura nacional. Então tinha dificuldade dessa união aqui dentro. Então, no primeiro turno, nós tivemos pouquíssimos partidos: PSDB, o DEM, o PPS, mais alguns pequeninhos. Pouquíssimos partidos! Foi uma coligação de poucos partidos. Num segundo momento, já para virada do segundo turno, aí tivemos um leque maior de partidos. Mas foi necessário, porque uma coisa (que) não podia era aí, era correr risco. Por que, correr risco significava perder a oportunidade de alavancar desenvolvimento pro Estado do Pará. Então, tivemos, assim, avanços importantes, mas temos tido muita sorte, muita ajuda divina realmente no sentido de não perder o rumo durante todo esse período. Dr. Simão Jatene, agora, nessa atual gestão, tem demonstrado, assim, muita segurança, muito equilíbrio no comando. Nós temos vários partidos, é claro que cada um tem a sua forma de pensar agora a responsabilidade maior hoje é do nosso governador, a responsabilidade maior hoje está no diretório regional, que tem sob o comando maior, agora, à frente, o senador Flexa Ribeiro, mas tem todo um colegiado com ele. Ajudando a pensar, ajudando a discutir. O pensamento maior é continuar trabalhando para não perder o rumo, não perder a direção. É o projeto maior, de trabalhar e fazer o estado avançar cada vez mais, conquistar dias melhores, melhorando as estradas, a educação, a saúde, enfim, tudo aquilo que venha a contribuir para o bem estar da sociedade, garantindo os investimentos que a sociedade realmente precisa e merece. A de vez em quando tem problemas entre os partidos que integram a coligação, que isso é natural. De vez em quando, um não se sente, acha que não tá tendo o apoio necessário. Então, a gente passa de vez em quando, por altos e baixos, mas temos tido sabedoria, por parte do nosso governador e também pelo comando partidário, de dar o melhor comando possível nesse sentido.

**Tetê Santos** – Eu entendo, sabe, que nós ainda temos muito a avançar. Um ponto que eu acho que nós temos é que adentrar, cada vez mais, nas comunidades, nos movimentos. A gente já tem adentrado bastante, mas eu acho que nós temos que adentar mais ainda nos Movimentos Populares e no PSDB, nós temos o Instituto Teotônio Vilela. Eu espero que nesses próximos anos o Instituto Teotônio Vilela, ele seja mais atuante na formação. Tem tido várias reuniões no estado, seminários de formação. No PSDB Mulher, por exemplo, nós ‘tamo’, assim, vivendo uma fase de preparo de lideranças. No PSDB Jovem também. Mas o Instituto Teotônio Vilela do PSDB é um instituto, que a missão maior dele é a formação. Então eu agora, nas próximas reuniões, um dos assuntos que eu vou levar é pra que o instituto tenha uma atuação mais forte no seio da sociedade, adentrando nas entidades, na militância para garantir uma formação melhor da nossa militância. Eu acho que com isso nós vamos poder contribuir muito mais, buscando todos os segmentos da sociedade. Todos os segmentos. Nós temos apagar aquela imagem de que o PSDB é partido de centro, tem que apagar essa imagem. No dia-a-dia, cada liderança que se filia, sabe, que entra no partido. Aliás, uma das metas nossa, agora, é aumentar o numero de filiados no estado. Avançar na filiação das pessoas. As pessoas são militantes, mas a grande maioria não são filiadas, ainda! Porque também ainda não entenderam, assim, a importância da filiação. Então, nós já começamos a levar essa discussão no diretório e o nosso pensamento é contribuir com o fortalecimento do partido, também avançando no processo de filiação.

## APÊNDICE C – ENTREVISTA 2: MIGUEL FORTUNATO

**Miguel Fortunato** – O meu nome é **Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior**, sou advogado, e no período em questão militei no movimento estudantil e juventude partidária, estando à frente do Centro Acadêmico de Direito Edson Luiz, na Universidade Federal do Pará, chegando também a coordenar a Juventude do PSDB no estado do Pará. E também participei da direção nacional da juventude do PSDB, onde tivemos a oportunidade de conhecer grandes lideranças juvenis, naquele momento, que hoje estão aí, fazendo a política contemporânea. Naquela época, nós nos identificávamos, em nível nacional, como o movimento 25 de junho. Foi um movimento dentro do partido, que buscou resgatar profundas discussões sobre a socialdemocracia, aplicada no país.

**Miguel Fortunato** – Bem, o PSDB na verdade, é um partido que foi construído por lideranças que tinham um profundo conhecimento filosófico e ideológico do processo político-partidário. Um partido, vamos dizer, o PSDB na verdade, é um partido que se consolidou muito forte nas academias, nas universidades, no seio dos intelectuais. É um partido que apesar de ter sido criado dentro dessa discussão acadêmica, a universidade, movimentos mais ligados à discussão intelectual sobre as ideologias partidárias. Mas o PSDB, na verdade, buscou organizar todo um ideário a respeito da socialdemocracia, como a melhor ferramenta para a nossa sociedade poder evoluir politicamente. E o que há de muito interessante no movimento criado pelo PSDB é que foi o primeiro partido a se identificar como um partido socialdemocrata. Isso era muito importante. Eu acho que o conceito da socialdemocracia, ele precisava ser reificado na sociedade brasileira. Não existia nenhum conceito muito definido sobre a socialdemocracia... O PSDB, ele procurou se apropriar dessa missão partidária a fim de difundir o conceito da socialdemocracia como o melhor instrumento pra o desenvolvimento socioeconômico e político da sociedade brasileira.

**Miguel Fortunato** – É um fato interessante em relação à socialdemocracia é que ela, na verdade, ela é um conceito que está presente no sentimento da maioria das

lideranças políticas. Então, para o PSDB não foi difícil agregar esse sentimento, esta reunião em torno deste conceito, uma vez que ele soube com mestria, o PSDB soube exteriorizar este conceito, aplicar, na prática, este conceito, o que atraiu, de uma forma muito interessante um volume, de legendas partidárias em torno da liderança tucana. De fato, a União, né, pelo Pará, muito embora com o sentimento do pluripartidarismo, mas ela na verdade, se consolidou como símbolo do movimento tucano no estado do Pará, que demonstrou que estava no caminho certo, haja vista, que conseguiu quase por duas décadas, comandar o estado do Pará, com um objetivo muito bem planejado, muito bem arquitetado, concretizado. De um formato de gestão política que se tornou um divisor de águas, entre o processo, governamental, de conceito de gestão pública aplicada à ideologia, digamos assim, a esse conceito da socialdemocracia.

**Miguel Fortunato** – Embora eu possa até ser suspeito para falar sobre o PSDB, porque eu fui coordenador da juventude do partido, a nível de estado, Militante, portanto, não deixei de exercer o meu romantismo quando ele prevaleceu, mas também como muito pé no chão, mas o que eu tenho a dizer sobre esse aspecto é que eu ainda não vi um partido, que tenha exercido um maior grau de organização, de investimento local do que o PSDB. O PSDB, realmente, ele fez do partido uma maratona de discussões e de trabalho em torno da municipalização do partido. E aí, foi natural, e o histórico, político deste período, ele me revela que o partido, ele se consolidou na representatividade da grande maioria dos municípios no estado, à época, quando o Dr. Almir Gabriel estava liderando o processo político no estado, nesse período. Então o partido, ele, realmente, interagiu muito com as lideranças municipais, ele se organizou de uma forma muito, muito forte no interior do estado. Saindo de uma representatividade solitária, à época da eleição do Dr. Almir, que era apenas o prefeito de, a prefeitura de Marabá e também a prefeitura de Ponta de Pedras, me lembro agora também, com essas duas prefeituras e conseguiu alavancar um processo de eleição do Dr. Almir Gabriel onde ele também conseguiu agregar, também outras lideranças de outras legendas partidárias, mas é interessante dizer que o partido ele nunca foi, ele nunca teve grande, antes, nas municipalidades, mas ele teve um reflexo de crescimento na municipalidade depois que chegou ao poder no estado. Aí o partido, de fato, ele teve uma interlocução muito... muito boa com a missão de governo, e mesmo sabendo, o governador,

separar muito bem essa distribuição do poder, respeitando as lideranças de outras visões ideológicas, mas o PSDB conseguiu, realmente, desenvolver um trabalho muito bom e crescente, em relação a essa interlocução e articulação com os municípios.

**Miguel Fortunato** – É interessante essa pergunta, porque tem um ditado que diz que um partido que não pensa no poder, não merece ser constituído. Evidentemente, que o PSDB, à época, eu me recordo, sempre traçou uma estratégia de poder, exercer o poder local. Acho que capital sempre foi um sonho, à época, das lideranças, do momento, que o PSDB pudesse chegar ao tão sonhado comando da capital. Já tava, já atuando a nível de governo. Mas o Dr. Almir Gabriel, à frente do partido, nunca permitiu que o partido, ele fosse colocado como um partido de visão prioritária nesse processo de articulação. Isso era muito interessante! Eu acho que isso que atraía bastante legendas para esse processo de reunião, porque o Dr. Almir Gabriel, à frente do PSDB, ele sempre procurou respeitar e consolidar a grande União pelo Pará, como se fosse um grande fórum, legítimo de discussão política e de representação política, podendo, sem sombra de dúvida, dele vir a surgir uma articulação, onde pudesse, à época, ter um candidato de uma legenda partidária fora da legenda do PSDB. Então, o Dr. Almir sempre deixou, ao meu ver, sempre teve muito claro, essa situação da grande hegemonia natural, pelo processo de organização do PSDB, mas não existia uma ditadura, de uma imposição em torno de que o PSDB teria que ser sempre priorizado, nesse processo de articulação. Sempre procurou deixar muito viva a ideia de democratização nessa discussão pluripartidária. Eu acho que esse foi o grande o grande, digamos assim, foi a grande a grande formula de sucesso da União pelo Pará. Acho que foi esse sentimento de representatividade, de oportunidade de que o menor partido também pudesse ter de diante da participação, da construção democrática, que foi, naquela época, conduzida com grande mérito pelo Dr. Almir Gabriel. Haja vista que o movimento não só deixou uma legião de seguidores, de aprendizes desse processo, que hoje operacionalizam o poder, o poder político, nas suas diversas representações; como também, ele materializou com obras, que até hoje, se tornaram uma grande referência institucional e até cultural do nosso estado. Então, assim, sempre houve essa visão muito democrática, de respeito a essa representação plural dos partidos, muito embora o PSDB, naturalmente, ele era um partido que tinha uma maior

referência na condução desse processo. Mas qualquer partido se sentia muito apto a acreditar que pudesse protagonizar uma decisão de processo eletivo, encabeçando uma discussão de processo eleitoral.

**Miguel Fortunato** – Essa pergunta, acaba reforçando a pergunta anterior, a resposta da pergunta anterior. É como eu coloquei: muito embora existisse dentro do partido, um sentimento, e um exercício para que o partido pudesse conquistar ou merecer, digamos, a condução de um processo político diretivo, na capital, a União pelo Pará, acho que o grande segredo, o grande fator de sucesso da União pelo Pará foi justamente essa trazer a um processo político, no estado do Pará, um pacto da confiança entre as legendas, para que a gente pudesse entender que, dali, não poderia prevalecer, digamos, a imposição de nenhuma legenda sobre a outra, mas que o processo teria que ser bastante amadurecido sobre essa questão. Tanto que esse processo, se tornou até tão forte dentro da cultura do PSDB, que nós, à época, quando da coordenação da juventude do PSDB, nós sempre tivemos um militância de esforço, no sentido de ir ao encontro das legendas partidárias, de tentar buscar agregar uma relação de reunião máxima possível de partidos, que pudessem estar, digamos assim, irmanados dentro de uma articulação. Que, primeiro, não se colocava que o PSDB deveria capitanear ou conduzir, estar à frente de qualquer dessas discussões, encabeçando, mas sim, primeiro de tudo, consolidar uma musculatura, para que a gente pudesse ser um movimento competitivo, e daí evidentemente que a gente pudesse apresentar a melhor proposta, pra que a gente pudesse conquistar o espaço. Então, essa cultura que a gente sempre teve da direção partidária, que é uma cultura não impositiva, mas de uma autêntica articulação de buscar ter qualidade na discussão, essa coisa sempre foi quem orientou a condução do partido. Natural que um partido, como o PSDB, um partido organizado, um partido de um movimento, enorme e de grande responsabilidade de conduzir, de capitanear a grande massa partidária, em uma articulação política denominada União pelo Pará, era muito natural que o PSDB acabasse tendo melhor qualidade de projeção para um processo de representatividade, muito embora, nunca tomei em mim um sentimento de que o partido agisse dentro de uma articulação canina, digamos assim, feroz, no sentido de se impor como timoneiro, como o partido que devesse encabeçar qualquer processo político, né, da capital ou de qualquer município. Eu acho que esse foi um processo muito natural. O partido,

creceu e se tornou uma das maiores forças políticas do estado. Cresceu rapidamente e conseguiu com isso demonstrar a partir desse grande movimento e se tornar um importante ator do processo político do estado, por muitos anos.

**Miguel Fortunato** – Eu acho que o PSDB, ele foi no país e no estado do Pará, uma excelente oportunidade pra o amadurecimento de muitas lideranças políticas. Acho que o partido, ele trouxe uma qualidade muito boa pra discussão política. Eu me sinto privilegiado não só por ter participado desse movimento, por ter sido militante do PSDB, onde nós tivemos a condição de amadurecer muitas discussões, à época. Isso eu ressalvo que hoje eu não sou filiado ao PSDB, mas reconheço que o partido, ele teve uma fundamental importância pra o enriquecimento do conteúdo político do país e do estado. Esse foi um processo que eu faço questão de registrar, porque um partido que se consolidou e conseguiu consolidar um grande movimento de juventude partidária que se tornou um dos maiores movimentos de juventude partidária que o país já teve, que a juventude do PSDB, e articulado pelo Movimento 25 de Junho, se transformou numa grande referência de debates e discussões políticas dentro desse contexto da realidade juvenil, o PSDB, a juventude do PSDB, foi muito fundamental pra mim, como liderança e pra muitos amigos, outros companheiros que também tiveram a oportunidade de vivenciar isto. Acho que o Brasil ganhou com a presença do PSDB num momento que ele, o PSDB, soube entender também a diversidade partidária do país, do estado e procurou sempre ser um partido de respeito a essa diversidade, sempre procurou, também, buscar uma relação muito leal, nesse processo de construção.

## APÊNDICE D – ENTREVISTA 3: PAULO ELCÍDIO

**Paulo Elcídio** - Meu nome é, **Paulo Elcídio Chaves Nogueira**, eu sou arquiteto com especialização em desenvolvimento urbano e regional e fui por uma série de circunstâncias o fundador e a primeira ficha de filiação do PSDB no estado do Pará. Então a minha ficha é a 001 e eu tive a oportunidade de ser o primeiro presidente do PSDB, junto com os companheiros Ronaldo Barata, Adelina Braglia, Maria Trindade, Haroldo Bezerra, enfim, grandes e queridos companheiros que ajudaram a construção desse partido aqui no estado.

**Paulo Elcídio** – A fundação do PSDB se deu em função de que o quadro político nacional, o PMDB como frente de oposição se esgotou, esgotou seu papel de frente, então com a redemocratização cada partido que estava albergado no PMDB procuraram seus próprios caminhos dentro das ideologias que balizavam suas atividades. Então nós resolvemos nos afastar do PMDB e criar um novo partido, fomos com então senador Almir Gabriel, fomos até Brasília conversar com as lideranças do partido Fernando Henrique, Mário Covas, Zé Serra, Richa, Euclides Escalco, enfim, esse povo todo e chegamos à conclusão de que a melhor alternativa pra nós seria a socialdemocracia brasileira que era a base ideológica do PSDB, uma vez que a utopia da sociedade sem classes teria que passar necessariamente por uma etapa socialdemocrata pra poder consolidar os avanços da sociedade e os ganhos sociais dentro do governo pra depois se pensar então numa coisa maior. E assim, viemos pra Belém e fundamos o PSDB sob a batuta e coordenação de Almir Gabriel. A partir daí nós procuramos implantar o PSDB aqui no Pará dentro de uma visão, de que um partido político, ele não pode ter um corte transversal na sociedade, certo, ou seja partido dos trabalhadores, partido das mulheres, partido dos médicos. Não, ele tem que ter um corte horizontal em que albergue dentro dele todos os seguimentos da sociedade, claro sob a égide da ideologia socialdemocrata. E assim foi pensado o PSDB, e assim foi pensado no estado. Com muita dificuldade, mas pela qualidade das pessoas que compunham o PSDB e pela seriedade das propostas ele cresceu rapidamente e logo chegamos à disputa do governo do estado.

**Paulo Elcídio** – O Pará sempre foi um estado dividido, as lideranças sempre em lados opostos, sempre brigas de grupos políticos, foi assim Antônio Lemos e Lauro Sodré, foi assim Barata e Assunção, foi assim Passarinho e Alacid, foi assim Jader e Hélio Gueiros, e agora nós estamos vendo a mesma coisa. E o PSDB sob liderança de Almir Gabriel sempre pensamos que a união é que seria importante, no sentido de que, o Pará e os paraenses é muito maior que qualquer liderança política e de qualquer partido político. E com esse pensamento nós procuramos abrigar todos aqueles que quisessem aderir ao nosso plano de trabalho, nosso programa de governo e construir uma união partidária que pudesse dar respaldo aos governos futuros do PSDB. É necessário união dos partidos políticos para que agente pudesse construir um futuro melhor pro Pará e para os paraenses. E assim foi feita a União pelo Pará, logo ganhamos a eleição com Almir Gabriel, reelegemos Almir Gabriel pra governo, teve continuidade com Simão Jatene, houve uma interrupção e agora retomamos novamente o poder sempre com essa visão de que o Pará é maior do que qualquer interesse partidário ou de grupo político. E é nesse sentido, que a gente continua com essa filosofia, apesar das críticas o governador Jatene, ele continua tentando manter a união dos partidos, embora todo mundo critique algumas alianças que foram feitas, mas o Pará, vale a pena se engolir sapo quando o interesse maior é o interesse do estado.

**Paulo Elcídio** - A questão de Belém sempre foi uma questão fundamental pra nós. Porque Belém representa a grande maioria do eleitorado, a região metropolitana de Belém detém um terço (1/3) do eleitorado do estado. Então é importante que a gente conseguisse ter Belém, que tivesse em Belém um governo do PSDB. Tentamos de todas as formas, não conseguimos, inclusive com o próprio Almir Gabriel sendo candidato, mas que determinadas circunstâncias à época fizeram com que ele renunciasse a candidatura e não conseguimos um nome que pudesse ter sucesso eleitoral no caso de Belém. Felizmente agora o PSDB conseguiu com o Zenaldo ocupar esse espaço importantíssimo para a política estadual, e a partir daqui, através de um bom trabalho que com certeza será feito, irradiar esse exemplo pra todo estado do Pará e consolidar a posição do PSDB como grande partido do estado do Pará.

**Paulo Elcídio** – O PSDB durante todos esses governos, como estou dizendo, muitas vezes até, ele deixou de pensar em si pra pensar mais nas condições políticas que pudessem favorecer a implantação do nosso plano de governo. Então muitas vezes a gente era acusado até de não olhar bem para o PSDB e olhar mais para os partidos aliados. Não é bem verdade por que o PSDB cresceu nesses anos todos, certo. Apesar de termos perdido a eleição para o PT na eleição que a Ana Júlia ganhou, o PSDB não sofreu nenhum tipo de esvaziamento, pelo contrário, mantivemos todos os nossos prefeitos, quase todos os nossos vereadores, todos os deputados, todos os senadores, deputados federais, deputados estaduais, e o partido apesar do revés da eleição se manteve unido, e se manteve coeso sob a liderança agora do governador, hoje governado Simão Jatene. Então, não é bem verdade essa história de que o PSDB teria sido prejudicado em função dos outros partidos aliados, que cresceram mais que o PSDB, não é bem verdade. Foi o PSDB grande e forte, com o prefeito da capital, governador do estado e um grande número de prefeitos e a grande maioria dos deputados.

**Paulo Elcídio** – Então meus amigos, em linhas gerais é essa a história do PSDB contada rapidamente. Obviamente que essa história não poderia ter sido construída se não fossem os grandes companheiros que passaram pelo PSDB, alguns até já nos deixaram como o Ronaldo, o Inácio Gabriel, como o Homubono, como a Maria da metade que foi uma das primeiras mulheres, grande liderança do sul do Pará filiada ao PSDB, a Tetê, hoje deputada Maria Alves deputada Tetê, enfim, grandes e que Almir Gabriel que foi o grande fundador e o grande mentor na criação do partido, que também já nos deixou. Então, sem essas pessoas e as que continuam na luta, na labuta para a consolidação do PSDB e o crescimento dele, é que possibilitaram essa história grandiosa do partido no estado do Pará.

**Paulo Elcídio** – O plano de governo nosso do partido, ele tinha como uma das diretrizes a diminuição das disparidades inter-regiões do estado, então obviamente que o estado através de suas regiões, existiam os pólos principais de desenvolvimento do estado, então o sul do Pará tinha Marabá, tinha Conceição do Araguaia, o baixo amazonas Itaituba e Santarém, enfim, cada região tinha os seus pólos, então obviamente que a vitória nesses pólos era de fundamental importância pra consolidar a estrutura do partido e consolidar o PSDB como grande partido

estadual, e tivemos grandes e magnificas vitórias nesses locais, e um programa de investimento que possibilitou um avanço enorme do desenvolvimento estadual, de forma integrada e na busca do desenvolvimento sustentável. Então, com Almir Gabriel nós conseguimos eletrificar toda a região da transamazônica, de Altamira até Itaituba, pra isso tivemos que vender a Celpa, que era uma empresa dominada por interesses de grupo político. Com a venda da Celpa nós conseguimos levar energia para aquela região importantíssima e de fundamental importância para a economia do estado. Fizemos a Alça Viária interligando a região metropolitana de Belém ao pólo de Barcarena e à região sul do Pará, que também com o recurso da Celpa possibilitou isso, e com a ajuda no final do presidente Fernando Henrique construímos hospitais regionais, construímos o hospital metropolitano. Tudo que existe hoje de atração turística em Belém foi feita por Almir Gabriel, no governo Almir Gabriel e que agora o Jatene está dando continuidade. Enfim, os pólos sempre foram o foco de ação política do PSDB no sentido de consolidar ele como grande partido estadual.

## APÊNDICE E – ENTREVISTA 4: SENADOR FLEXA RIBEIRO. PRESIDENTE ATUAL DO PSDB

**Flexa Ribeiro** - Bom, o PSDB se originou de uma dissidência do PMDB, algumas lideranças nacionais como Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Franco Montoro, Almir Gabriel, que foram e, formaram um grupo de dissidentes naquela altura na orientação dada pelo PMDB e criaram o Partido da Social Democracia Brasileira em 1988, logo após a conclusão dos trabalhos da nova constituição brasileira. O PSDB desde 89 melhor dizendo né, não 88, 89 quando foi fundado, ele foi pensado pra ser um partido voltado com uma visão de parlamentarismo, para estabelecer o partido parlamentarista e voltado para o social, um partido eu diria de centro-esquerda. Aqui no Pará, ele foi fundado por Almir Gabriel, Paulo Elcídio, alguns companheiros que participaram inclusive da ata de fundação do partido. Eu já me filiei ao PSDB em 1993, ou seja, alguns anos após a sua fundação. Mas estava sempre, pela relação que tinha com o ex-governador, ex-senador, ex-prefeito Almir Gabriel, tava sempre trocando ideias com ele sobre o socialismo de esquerda em nosso País e também aqui no nosso Pará. Almir tinha uma visão bastante clara do que queria para o estado, e com isso lutou bastante quando saiu do PMDB e se filiou ao PSDB para que pudesse através desse novo partido fazer as mudanças necessárias que vieram a ocorrer nacionalmente com a chegada à presidência da república de Fernando Henrique Cardoso em, na eleição de 94 e também de Almir Gabriel no estado do Pará.

**Flexa Ribeiro** - Os doze anos de 95 a 2006 que o estado do Pará foi governado pelo PSDB, nos dois primeiros mandatos por Almir Gabriel e no seguinte por Simão Jatene [...] A União Pelo Pará, ela foi concebida, idealizada, estruturada e formalizada por Almir Gabriel. Ele tinha, sempre teve o discurso de que, nós todos tínhamos que nos unir independente de coloração e de ideologia pelo Pará. Evidentemente que isso pode ser até utópico, no momento em que você unir forças distintas, apesar de que o objetivo era de todos apoiarem o Pará. Que deveria acontecer! Mas as divergências e as questões partidárias não permitiram pelo total, mas ele conseguiu fazer uma coligação que estabeleceu o que foi chamado de “União pelo Pará”, fazendo com que as maiores forças à época, da política paraense, todos estivessem sobre sua liderança formando a União pelo Pará. E

essa União pelo Pará, ela se manteve como eu disse, pelos três governos, nos dois primeiro de Almir Gabriel e o último de Simão Jatene. Ao perdermos a eleição lá em 2006, essa União pelo Pará, não desapareceu, mas ela se enfraqueceu muito por que perdeu o objetivo que tinha, que era de trabalharmos todos no exercício do mandato a frente do governo do estado do Pará pelo nosso estado. Mas parte dela inclusive também se transferiu para outras alianças e ela então praticamente enfraquecida como ficou com a perda da eleição de 2006, ela foi desfeita. Mas o sentimento perdura até hoje, perdura até hoje esse sentimento que foi colocado por Almir Gabriel, de que esses partidos todos devem trabalhar em conjunto para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado.

**Flexa Ribeiro** - A questão da direção, da gestão do PSDB de 95 a 2006, sempre teve todos nós o cuidado de fortalecê-lo em todos os pólos do estado do Pará. O PSDB como os outros partidos, busca estar presente em todos os municípios, em todas as regiões do estado, e esse trabalho foi muito intenso de 95 a 98, onde praticamente o PSDB foi estruturado, mas continuava a partir daí sempre com esse foco de torná-lo presente e forte em todas regiões e em municípios todos os municípios do estado.

**Flexa Ribeiro** - A questão do interesse do PSDB dentro da União Pelo Pará, a orientação de Almir Gabriel sempre foi de que, o PSDB, ele tinha que estar fortalecido, mas os aliados também fortalecidos, quer dizer, não bastava o PSDB ser forte com os aliados fracos, era preciso que houvesse uma distribuição de forças em que o PSDB pudesse ser o partido que desse a orientação, que tivesse liderando a união, mas que seus parceiros na coligação também estivessem fortalecidos. Essa sempre foi a orientação que Almir deu para nós. E os interesses do PSDB lógico, como partido, sempre foram defendidos dentro da união, mas com essa visão de não deixar, de não esmagar os partidos aliados, muito pelo contrário, considerando eles como parceiros.

**Flexa Ribeiro** - E nesses doze anos, sempre se discutiu e se tomava como uma meta a ser alcançada, conquistar para o PSDB o governo municipal da capital. Fizemos algumas tentativas e alguma das vezes dentro dessa visão que havia, no início de Almir Gabriel e depois de Simão Jatene de que, tínhamos que dar espaço

também aos partidos aliados. Abrimos mão de várias candidaturas a prefeitura de Belém em prol de outros candidatos de partidos aliados, até que nesse período disputamos a eleição, mas não conseguimos êxito, mas sempre perseguindo este objetivo de chegar à prefeitura da capital. Por quê? Porque, evidente que da história do nosso estado mais a frente quando formos avaliar essa década de 90 e a primeira década do ano 2000, nós vamos verificar a transformação que o Pará sofreu. Houve uma transformação para melhor, em que o Pará assumiu um rumo, uma proposta para seu desenvolvimento tanto econômico, quanto social. Então se nós olharmos o Pará que nos foi entregue, entregue ao PSDB em 94, e o Pará que nós entregamos em 2006 pela vontade do povo do Pará aos vencedores naquela altura, nós vamos já, poder entender o modelo de gestão de competência do PSDB com relação ao futuro de nosso estado. O estado tomou rumo e vai continuar nesse rumo pra se desenvolver , e junto com o desenvolvimento econômico também melhorar as condições de vida de todos os paraenses.

**Flexa Ribeiro** - Eu sou político por acaso, eu sempre tive a minha vida voltada a atividade empresarial, mas tinha uma amizade de muito tempo, hoje se contado, de mais de quarenta anos com Almir Gabriel, e sempre conversávamos sobre política, e dessas conversas com ele que eram sempre frequente, ele acabou me convencendo daquilo que deve ser reconhecido por todos, de que você precisa dar uma participação também para que a sociedade possa avançar. Então como eu disse, em 93 acabei me filiando com a proposta única de ajudar Almir Gabriel a assumir o governo do estado para que pudesse fazer essas transformações que conversávamos frequentemente, mas não seria candidato, apenas para ajudá-lo no seu projeto político eleitoral, mas acabei também estado por ele a sair candidato em 94 ao senado da república, com poucas ou nenhuma chance de êxito, pois eu não tinha nenhuma experiência política eleitoral e nenhuma vivência de fato, apenas tinha como presidente da federação das indústrias do Pará, um conhecimento razoável eu diria, por parte da sociedade e trabalho que fazíamos. Fomos à luta naquela eleição de 94, que eu considero para o estado do Pará, como uma eleição que define marco do antes e depois, e conseguimos o objetivo maior que foi a eleição de Almir Gabriel como governador do estado. A partir daí, voltei às minhas atividades, mas como disse, de 95 a 98 tive a honra de presidir o PSDB estadual e fazer a estruturação do PSDB tendo como secretário Geral nos dois mandatos o

Carlos França que hoje prepara a sua tese de mestrado. Conseguimos colocar o PSDB organizado, senão em todos, mais na grande maioria dos municípios paraense. Em seguida, não participei das eleições seguinte, só voltando a concorrer como suplente do então candidato a senado Duciomar Costa. Ele se elegeu senador e dois anos depois foi eleito prefeito de Belém pela União Pelo Pará, e eu assumi o senado, isso em 2005. O primeiro mandato completei o mandato do senador Duciomar por seis anos, fiz um trabalho que me credenciou junto aos paraenses a disputar a eleição em 2010, disputei a eleição e tive a alegria de ter reconhecido pela população paraense o trabalho que foi desenvolvido nesses seis anos iniciais e fui o senador mais votado da eleição de 2010 e mais votado da história, pois a cada eleição o eleitorado vai crescendo e o número de votos também sobe, as confesso que foi uma honra muito grande de ter disputado com outros candidatos de porte, já de trabalhos bastante longo da política paraense e ter conseguido chegar em primeiro lugar entre todos os candidatos e assumido o senado por mais um mandato de oito anos, que é o que estou fazendo agora continuando a trabalhar como se o mandato tivesse começado agora a cada dia. Eu trabalho na política como um operário fazendo diuturnamente esse trabalho em benefício do estado e de nossa população.

## APÊNDICE F – ENTREVISTA 5: PAULO CHAVES. SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ

**Paulo Chaves** – Meu nome é **Paulo Roberto Chaves Fernandes**, e hoje estou secretário de cultura, aliás pela quarta vez consecutiva, duas no governo de Almir, uma no governo de Jatene e o retorno agora. Tenho uma longa história no partido, eu acho que inclusive, está aquém do prazo que vocês estão dando ênfase aqui, eu venho da campanha de 89 quando o PSDB veio coligado, você pode até se surpreender com isso, mas não sei se está lembrado, veio coligado com o PT, e não só o PT, todos os partidos considerados progressistas naquela altura. O PSB além do PT, o partidão, o partido comunista e o PC do B. Então é uma longa história, eu estou portanto desde os primeiros momentos. Primeiro acompanhei o prefeito então da época Almir Gabriel na prefeitura de Belém, ele foi candidato depois da prefeitura ao senado, foi uma campanha vitoriosa e logo em seguida nós estávamos constituindo o PSDB aqui no estado do Pará, a partir daquela saída em massa do PSDB, Fernando Henrique, Mario Covas, Escalco e Almir Gabriel, entre outros.

**Paulo Chaves** – Foi pensado como uma alternativa de se ter um partido purificado dos interesses imediatistas, era um partido de renovação, seria digamos o lado bom do PMDB, o lado sadio do PMDB que estava saindo pra fazer a boa política. Boa política entenda-se, a não utilização do cargo do partido pra negociar em causa própria.

**Paulo Chaves** – Bem, primeiro na crença de que você com uma única sigla, por melhores que sejam os seus princípios você consegue grandes resultados no poder, você conquista os resultados que gostaria de ter, sobretudo nos cargos majoritários. Esta lição até o próprio PT aprendeu, antigamente ele vinha com a ideia de partido único, sem coligação, disputar sozinho as eleições, tanto que foi uma raridade essa coligação, quem diria né, com o PSDB aqui no Pará na eleição de 89. Mas foi entendido assim, nós procuramos sempre ter uma relação com partidos que tivessem o mínimo, senão em afinidades, o mínimo em um acordo de uma agenda pelo Pará. E o critério que norteou foi esse né, era uma agenda que se trabalhava o princípio da honestidade, o princípio da competência, o princípio da lealdade e o interesse dentro dos cânones teóricos da sócia-Idemocracia, um trabalho no caso de

nosso estado, um trabalho pela nossa sociedade. Que o servidor público fosse realmente servidor público, e não se servisse do público.

**Paulo Chaves** – Eu não tive muito tempo de pensar o partido junto com a cúpula, entenda-se a cúpula naquela altura, o PSDB praticamente reduzido a dois homens, o governador Almir Gabriel e o seu secretário que naquela altura tinha status de primeiro ministro que era o Simão Jatene naquela altura. Então as diretrizes políticas eram traçadas mais por eles, eu participei de poucas reuniões, até porque os meus encargos na área da secretaria de cultura foram imensos, e eram vigas mestras até pra própria sedimentação da imagem do partido, dos objetivos do partido. Então eu tive um trabalho muito intenso na área da cultura, incluindo a apresentação da lei semear, um dos primeiros estados a ter lei de incentivo à cultura, foi o Pará e foi implantado por mim, a criação da nossa orquestra sinfônica, o projeto que preparou o Teatro da Paz para receber as grandes óperas, a feira do livro que hoje é um fenômeno de público de crítica, de tudo. E uma feira que tem repercussão muito grande no Brasil hoje, que recebe quatrocentas mil pessoas em dez dias, que tem uma extensa e intensa programação cultural, e que é capaz de vender quinze milhões em livros em dez dias, quer dizer, tu imagina o que é organizar um evento como esse, fora toda a obra de recuperação do patrimônio que eu tive que fazer, Feliz Lusitânia, Estação das Docas, São José Liberto, Mangal das Garças, aqui o Parque da Residência, então eu não tinha muito tempo pra ficar especulando os caminhos políticos do PSDB em relação à União pelo Pará tá. Mas acompanhava pela absoluta confiança que eu tinha no governador Almir Gabriel como estrategista político, secundado pelo seu primeiro ministro, já disse, Simão Jatene. No fundo, no fundo até mais que o próprio Jatene naquela altura o Almir sempre foi muito centralizador, então o Almir quando marcava reuniões nas quais eu participava, ele já vinha com as configurações mais ou menos traçadas, um grande líder, um grande governador, uma inteligência brilhante, um administrador de mão cheia, agora ele tinha essa característica (risos) em tanto quanto, digamos assim, imperial, quer dizer, ele era uma personalidade muito obstinada nas suas ideias, nas suas crenças, nos seus valores. E como ele era um cara com dotes, virtudes, atributos especiais como homem público, com essa inteligência que eu fiz referência, na maioria das vezes ele estava certo, mas nem sempre né.

**Paulo Chaves** – Eu acho que já respondi nos itens acima. A União pelo Pará, era uma união necessária para se ter resultados na eleição, era particularmente o PFL, o principal aliado, aí havia coligações aqui ali com outros partidos, mas a dobradinha maior era com o PFL, era o partido que tinha mais densidade política e inclusive horário de propaganda, era o partido que acompanhou o PSDB durante longos anos. O PMDB era impossível por que sempre, passou a ser um partido adversário, a partir dos primórdios da criação do PSDB até hoje o PMDB foi adversário, como vai ser agora de novo creio eu. No momento, o PMDB é da base governista, mas vai acompanhar o PT, vai acompanhar o Lula e a Dilma no cenário nacional e automaticamente aqui fará isso, é uma carta já anunciada.

**Paulo Chaves** – Sim, inclusive o próprio Zenaldo foi candidato a prefeito quando fomos derrotados, ficamos em terceiro lugar, ficamos até fora do segundo turno, ficou Edmilson e Duciomar. Anteriormente não, porque houve praticamente um acordo do governador Almir Gabriel com o Hélio Gueiros, então, o candidato a prefeito foi escolhido pelo Hélio, e o vice era do PSDB, parecia-me então naquela altura uma atitude compensatória. Claro que se passava muito pela cabeça do Almir, entregar Belém para o partido da coligação mais forte né, e garantir o apoio para a reeleição. Então foi uma campanha que também foi derrotada, com Ramiro Bentes na cabeça e Adenauer Góes como vice. Nunca houve muito ímpeto, eu não sei porque, não sei te dizer direito, te disse que tinha algumas coisas que, precisava indagar com mais profundidade, precisava ouvir outras pessoas. Nunca houve muito ímpeto na eleição do prefeito de Belém, talvez por esses acordos dentro da coligação, eu próprio, por exemplo, deveria ter sido cogitado pra prefeitura de Belém por que eu tenho uma identidade, uma imagem muito forte com as mazelas de Belém, com os problemas da cidade. Então com a minha formação de urbanista e arquiteto e com a minha já tradicional militância dentro do partido desde o primeiro momento e a minha ligação sempre muito forte com os governadores, tanto com Almir, quanto com o Simão Jatene, e ser um secretário partidário, secretário do partido, ainda hoje sou um dos poucos vinculado, matriculado no partido, a grande maioria não é. Então o natural e quase isso acontece na última eleição, não essa agora, vamos chamar penúltima eleição, mas o partido mais uma vez não fez muita fé. Houve uma grande dissidência, o meu nome foi levado inclusive pelo Jatene que naquela altura não era governador, tinha deixado de ser governador, e mais uma

vez, a postura do PSDB com cargos políticos, deputados, indicaram o DEM, naquela altura o PFL já havia se transformado no DEM, com a Valéria, e me colocaram meio a contra gosto na vice. Não é que eu quisesse ser candidato a prefeito, quando te fiz referência que eu poderia ter ido, eu era um nome com potencial eleitoral, pelo enorme trabalho feito em Belém, seria um nome fácil de ser trabalhado. Quer dizer, sou um legítimo representante do partido com um cabedal de conhecimento voltado para as questões das megacidades, Belém e a região metropolitana hoje já constituem uma megacidade e, no entanto, foi articulado, inclusive pelo Almir Gabriel, esse não tinha cargo político, mais indicava a Valéria. Com toda a relação de amizade comigo, volto a te dizer, não que eu quisesse, mas como meu nome estava cogitado, o meu discurso era um só; -não reivindico a campanha pra mim, não reivindico ser o candidato do partido, mas acho que o partido devia vim com candidato, a minha postura foi a mesma de Simão Jatene, era de que o partido viesse com candidatura própria e fomos votos vencidos. Tanto a voz do senado, quanto da câmara federal e estadual e até mesmo municipal, que tem um peso forte por que são pessoas que tiveram voto, tem voto, isso dá um poder especial, foi mais forte que a base do partido, a base do partido queria candidatura própria, eu mesmo cheguei a alegar nas reuniões que o partido deveria vim com uma bandeira, mesmo que fosse derrotado, mesmo sem condições especiais, porque não tínhamos muitas prefeituras, não tínhamos governo do estado, não tínhamos a prefeitura, estávamos em condições bem adversas, mas deveríamos vim. E eu acho q eu tinha razão, eu e os que pensavam comigo, entre eles o governador Simão Jatene. Tanto que foi uma eleição que a Valéria ficou em quarto ou quinto lugar, um vergonhoso quinto lugar. Já agora, e pela primeira vez, eu que estou dentro do partido senti isso, houve realmente e da minha parte, claro que também, até por que sempre fui favorável a isso, a essa possibilidade de se ter governo do estado alinhado com a prefeitura municipal de Belém, a capital e principal colégio eleitoral, a cidade que enfrenta os maiores dramas, tanto da violência, do trânsito, da poluição e etc, uma cidade muito fragmentada com problemas de toda ordem, e nessa conurbação com os municípios vizinhos como Ananindeua, Marituba, Barcarena etc. Dá a esta cidade uma condição de muitos problemas a serem resolvidos. Então mais uma vez eu defendi com veemência a causa de ter candidatura, mas dessa vez ela emplacou facilmente até porque era da opinião do Jatene.